

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

KELLY CRISTINA FISCHER ARMELIN

**A IMPORTÂNCIA DO INVESTIMENTO
SOCIAL NA COMPOSIÇÃO DO RESULTADO
DO EXERCÍCIO**

Florianópolis, 2006.

KELLY CRISTINA FISCHER ARMELIN

**A IMPORTÂNCIA DO INVESTIMENTO
SOCIAL NA COMPOSIÇÃO DO RESULTADO
DO EXERCÍCIO**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Santa Catarina como um dos pré-requisitos para a obtenção do grau de bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Professor M.Sc. Guilherme Júlio da Silva.

Co-Orientadora: Professora M.Sc. Alessandra Vasconcelos Gallon.

Florianópolis, 2006.

KELLY CRISTINA FISCHER ARMELIN

**A IMPORTÂNCIA DO INVESTIMENTO
SOCIAL NA COMPOSIÇÃO DO RESULTADO
DO EXERCÍCIO**

Esta monografia foi apresentada como trabalho de conclusão de curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina, obtendo a nota (média) de....., atribuída pela banca constituída pelo orientador e membros abaixo.

17 de Agosto de 2006.

Prof^a. Dra. Elisete Dahmer Pfister
Coordenadora do Departamento de Monografias

Professores que compuseram a banca:

Prof. Orientador M.Sc. Guilherme Júlio da Silva
Departamento de Ciências Contábeis, UFSC

Prof^a. M.Sc. Alessandra Vasconcelos Gallon
Departamento de Ciências Contábeis, UFSC

Prof^a M.Sc. Maria Denize Henrique Casagrande
Departamento de Ciências Contábeis, UFSC

Florianópolis, 2006.

DEDICATÓRIA

*Ao meu pai David,
pelo amor e pela compreensão
dedicado a mim.*

AGRADECIMENTOS

A DEUS, que em sua infinita sabedoria me inspira dia a dia a vencer os obstáculos;

À minha mãe Guiomar, por ser meu porto seguro nos momentos de adversidade;

Ao meu irmão Ricardo e as minhas irmãs Cátia e Adriana, pelo convívio fraterno;

Aos meus familiares, que me inspiram a viver e a me desafiar;

Ao meu Orientador Guilherme Júlio da Silva e a minha Co-Orientadora Alessandra Vasconcelos Gallon pelo estímulo à produção;

A UFSC, pela oportunidade de aprendizado;

A todos os que passaram pela minha vida e, de certa forma me ajudaram a ser o que sou hoje.

*“Só é livre o homem que pensa através
de suas próprias idéias,
que sente através de suas próprias aspirações
e que luta por aquilo que deseja”.*

GEORGE BERNARD SHAW

RESUMO

ARMELIN, Kelly Cristina Fischer. **A importância do investimento social na composição do resultado do exercício**, 2006, 102f. Ciências Contábeis. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
Orientador: Professor M.Sc. Guilherme Júlio da Silva
Co-Orientadora: Professora M.Sc. Alessandra Vasconcelos Gallon

Esta monografia aborda os reflexos que os investimentos sociais incidem sobre o resultado do exercício. Avaliar os retornos obtidos através de ações alheias ao setor operacional se tornou, nos últimos anos, uma ferramenta estratégica para que contadores e administradores tornem-se aptos no gerenciamento de metas. Vale lembrar que este trabalho não visa elaborar uma proposta para resolver este tipo de problema, mas identificar, em empresas de um mesmo setor, a relação entre os investimentos sociais e a composição do resultado do exercício. A responsabilidade social visa conciliar a atividade econômica e social de uma empresa, e tem como principal característica, mudar o seu foco de interesse, transferindo-se das informações financeiras para informações sociais. O objetivo deste trabalho é apresentar a relação entre investimentos sócio-ambientais e a composição do resultado do exercício em empresas prestadoras de serviços de energia elétrica. Trata-se de uma pesquisa aplicada, pois sua realização se dará na consecução na prática dos objetivos propostos, e com abordagem quantitativa. Quanto aos procedimentos, classifica-se como um estudo multi-casos, pela utilização de 3 empresas do setor de prestação de serviços públicos, a CELESC, COPEL e COELBA. Neste estudo, aplicou-se na fundamentação teórica toda as doutrinas referente a Responsabilidade Social, Análise de Balanços e Empresas Prestadoras de Serviços Públicos de Energia, nos casos concretos de empresas que realizaram Investimentos Sócio-Ambientais durante os período de 2003 a 2005 e que, através do Sistema do IBASE, solicitaram o “Selo Balanço Social IBASE/Betinho 2005”. Foram realizadas análises dos balanços sociais e da demonstração do resultado do exercício de cada empresa individual e em seguida, foram analisadas em conjunto, de modo a verificar o total dos investimentos sociais realizados e sua comparação com o resultado dos exercícios referentes aos períodos estudados. Como resultado alcançado, verificou-se que a Contabilidade, através de técnicas de análise das demonstrações contábeis, é capaz de vislumbrar a real situação da empresa em determinado momento, e a mesma reflete a ocorrência do crescimento no volume de investimentos sócio-ambientais realizadas pelas empresas.

Palavras-chaves: investimentos sócio-ambientais, responsabilidade social, análise das demonstrações contábeis.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Investimentos Sócios Ambientais realizados em 2003 – CELESC.....	47
Gráfico 2	Investimentos Sócios Ambientais realizados em 2004 – CELESC.....	49
Gráfico 3	Investimentos Sócios Ambientais realizados em 2005 – CELESC.....	50
Gráfico 4	Investimentos Sócios Ambientais realizados em 2003 – COPEL.....	54
Gráfico 5	Investimentos Sócios Ambientais realizados em 2004 – COPEL.....	55
Gráfico 6	Investimentos Sócios Ambientais realizados em 2005 – COPEL.....	57
Gráfico 7	Investimentos Sócios Ambientais realizados em 2003 – COELBA.....	61
Gráfico 8	Investimentos Sócios Ambientais realizados em 2004 – COELBA.....	63
Gráfico 9	Investimentos Sócios Ambientais realizados em 2005 – COELBA.....	64
Gráfico 10	Investimentos do Setor de Prestação de Serviços Públicos de Energia Elétrica nos Indicadores Sociais Internos em 2003.....	69
Gráfico 11	Investimentos do setor de prestação de serviços públicos de energia elétrica nos indicadores sociais internos em 2004.....	70
Gráfico 12	Investimentos do setor de prestação de serviços públicos de energia elétrica nos indicadores sociais internos em 2005	71
Gráfico 13	Investimentos do setor de prestação de serviços públicos de energia elétrica nos indicadores sociais externos em 2003.....	72
Gráfico 14	Investimentos do setor de prestação de serviços públicos de energia elétrica nos indicadores sociais externos em 2004.....	73
Gráfico 15	Investimentos do setor de prestação de serviços públicos de energia elétrica nos indicadores sociais externos em 2005.....	74
Gráfico 16	Investimentos do setor de prestação de serviços públicos de energia elétrica nos indicadores ambientais em 2003.....	75
Gráfico 17	Investimentos do setor de prestação de serviços públicos de energia elétrica nos indicadores ambientais em 2004.....	75
Gráfico 18	Investimentos do setor de prestação de serviços públicos de energia elétrica nos indicadores ambientais em 2005.....	76
Gráfico 19	Evolução do Resultado do Exercício do setor de empresas prestadoras de serviços públicos de energia elétrica.....	77
Gráfico 20	Referente a comparação entre a evolução dos investimentos sociais e o Resultado do Exercício.....	80

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Indicadores Sociais Internos.....	28
Tabela 2	Indicadores Sociais Externos.....	28
Tabela 3	Indicadores Ambientais.....	29
Tabela 4	Indicadores do Corpo Funcional.....	29
Tabela 5	Número de Funcionários existentes ao final dos exercícios sociais em cada empresa.....	71

LISTA DE SIGLAS

ADCE	Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas
AH	Análise Horizontal
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
AV	Análise Vertical
BOVESPA	Bolsa de Valores de São Paulo
BS	Balanco Social
BP	Balanco Patrimonial
CCL	Capital Circulante Líquido
CELESC	Centrais Elétricas de Santa Catarina
CEEB	Companhia de Energia Elétrica da Bahia
CERC	Cia. Elétrica Rio de Contas
COELBA	Cia. Eletricidade da Bahia
COPEL	Cia. Paranaense de Energia
CVM	Comissão de Valores Imobiliários
DLPA	Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados
DMPL	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
DOAR	Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos
DRE	Demonstração do Resultado do Exercício
DVA	Demonstração do Valor Adicionado
FPB	Folha de Pagamento Bruta
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IDIS	Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social

IGP-M	Índice Geral de Preços de Mercado
INSS	Instituto Nacional da Seguridade Social
IR	Imposto de Renda
ONG	Organização Não Governamental
RL	Receita Líquida
RO	Receita Operacional
RSE	Responsabilidade Social Empresarial
SFIEC	Sistema de Federação das Indústrias do Estado do Ceará
UNIETHOS	Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social

SUMÁRIO

RESUMO.....	6
LISTA DE GRÁFICOS.....	7
LISTA DE TABELAS.....	8
LISTA DE SIGLAS.....	9
SUMÁRIO.....	11
1 INTRODUÇÃO.....	14
1.1 Tema.....	15
1.2 Problema.....	15
1.3 Objetivos.....	16
1.3.1 Gerais.....	16
1.3.2 Específicos.....	16
1.4 Justificativa do estudo.....	17
1.5 Metodologia da pesquisa.....	18
1.5.1 Quanto à natureza.....	18
1.5.2 Quanto à abordagem do problema.....	18
1.5.3 Quanto aos objetivos.....	19
1.5.4 Quanto aos procedimentos técnicos.....	19
1.6 Limitação da Pesquisa.....	20
1.7 Organização do Trabalho.....	21
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	23
2.1 Responsabilidade Social.....	23
2.2 Investimento Social.....	25
2.3 Balanço Social.....	26
2.3.1 Modelo proposto pelo IBASE.....	28
2.4 Legislação sobre Balanço Social.....	30
2.4.1 Legislação em nível Federal.....	30
2.4.2 Legislação em nível Estadual.....	30
2.4.3 Legislação em nível Municipal.....	31
2.4.4 Legislação referente a assuntos sociais distintos.....	32

2.5 Panorama do setor de serviços de energia elétrica.....	32
2.6 Marketing Social.....	33
2.7 Demonstrações Contábeis.....	35
2.7.1 Usuários das Informações contábeis.....	37
2.8 Análise das Demonstrações Contábeis.....	37
2.9 Importância da análise de balanços.....	39
2.9.1 Análise Vertical e Análise Horizontal.....	39
3 ESTUDO MULTI-CASO.....	41
3.1 Contextualização das empresas pesquisadas.....	41
3.1.1 Centrais Elétricas de Santa Catarina – CELESC.....	41
3.1.2 Cia Paranaense de Energia – COPEL.....	42
3.1.3 Cia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA.....	44
3.2 Análise das Demonstrações.....	45
3.2.1 CELESC.....	46
3.2.1.1 Balanço Social.....	46
3.2.1.2 Demonstração do Resultado do Exercício.....	51
3.2.1.2.1 Análise Vertical.....	51
3.2.1.2.2 Análise Horizontal.....	52
3.2.2 COPEL.....	53
3.2.2.1 Balanço Social.....	53
3.2.2.2 Demonstração do Resultado do Exercício.....	58
3.2.2.2.1 Análise Vertical.....	58
3.2.2.2.2 Análise Horizontal.....	60
3.2.3 COELBA.....	61
3.2.3.1 Balanço Social.....	61
3.2.3.2 Demonstração do Resultado do Exercício.....	65
3.2.3.2.1 Análise Vertical.....	65
3.2.3.2.2 Análise Horizontal.....	67
3.3.1 Resumo da análise do setor de prestação de serviços públicos de energia....	68
3.3.1.1 Indicadores Sociais Internos.....	68
3.3.1.2 Indicadores Sociais Externos.....	72
3.3.1.3 Indicadores Ambientais.....	74
3.3.1.4 Demonstração do Resultado do Exercício.....	77

4. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	78
4.1 Conclusões.....	78
4.2 Recomendações.....	81
REFERÊNCIAS.....	82
ANEXOS.....	86
ANEXO A Balanços Sociais das empresas COPEL, CELESC e COELBA, do período compreendido de 2003 a 2005.....	87
ANEXO B Demonstração do Resultado do Exercício das empresas COPEL, CELESC e COELBA, do período compreendido de 2003 a 2005.....	100

1 INTRODUÇÃO

As mudanças que vêm ocorrendo tanto no cenário econômico quanto no cenário político, faz surgir, no âmbito mundial, uma nova tendência, em que a sociedade começa a se preocupar com a ética e a responsabilidade na utilização de recursos naturais e nas relações humanas.

Por muitos anos, a função social era uma exclusividade do Estado, que deveria suprir as necessidades de saúde, educação e habitação de todos os cidadãos que não apresentassem condições financeiras de fazê-lo com dignidade. Mas o fim da política impessoal e da falência da hegemonia do Estado como órgão provedor, fez com que surgissem organizações especializadas em ações sociais, de forma a complementar ações remanescentes do Estado.

A responsabilidade social visa conciliar a atividade econômica e social de uma empresa, e tem como principal característica, mudar o seu foco de interesse, transferindo-se das informações financeiras para informações sociais.

A representação da co-responsabilidade pela sociedade, pelo meio ambiente, pela nação, são hoje um diferencial competitivo de uma empresa, que com essa visão passa a agregar importante valor à sua marca, a de uma empresa cidadã, que se preocupa com o resgate de princípios éticos e morais.

Ser capaz de prever o reflexo de determinados investimentos sociais sobre o resultado financeiro está sendo uma busca constante por parte dos administradores. Na procura desse resultado ótimo, passou a utilizar ferramentas comuns à contabilidade tradicional, mas modificada a fim de melhor corresponder aos fins desejados.

André Moura Xavier, explana, em seu artigo no sítio da SFIEC (www.sfiec.org.br/artigos/social/porque_responsabilidade_social_empresarial.htm):

Percebe-se que a solidariedade ganha espaço em um mundo regido pelas relações mercantis. A própria tecnologia tem permitido a integração de organismos, multiplicando suas práticas de sucesso... Desprezar estas ações sociais seria no mínimo irresponsável! O que se propõe é uma ação integrada em duas frentes: a RSE imediata e a (re)educação do homem. E para tal o único caminho é a educação. A RSE será uma consequência natural, uma vez que o homem (re)educado construirá suas relações através de valores éticos e de respeito ao próximo.

O planejamento e o marketing social passaram a incorporar a rotina das empresas que desejassem seguir em pleno funcionamento. O primeiro, na forma de estratégia, na qual os procedimentos seriam previamente pesquisados e testados. O

segundo, com a função de transmitir à sociedade em geral, os planos e ações da empresa para o setor social, tanto no curto quanto em longo prazo.

1.1 TEMA

O tema de uma pesquisa científica representa a área e o assunto a ser investigado. Um tema, quando definido, deverá limitar o assunto a uma parcela que esteja de acordo com os interesses do autor.

Marconi e Lakatos (1996, p. 23), citam que escolher um tema significa:

- Selecionar um assunto de acordo com as inclinações, as possibilidades, as aptidões e as tendências de quem se propõe a elaborar um trabalho científico;
- Encontrar um objeto que mereça ser investigado cientificamente e tenha condições de ser formulado e delimitado em função da pesquisa.

Tema desta pesquisa foi definido como: Responsabilidade Social: um estudo sobre o investimento social e seu reflexo sobre o resultado do exercício.

1.2 PROBLEMA

O problema é o objeto da pesquisa. O processo de realização da pesquisa visa alcançar uma solução viável para a problemática apresentada.

Marconi e Lakatos (1996, p. 24) relatam a importância de se definir um problema “significa especificá-lo em detalhes precisos e exatos. Na formulação de um problema deve haver clareza, concisão e objetividade. A colocação clara do problema pode facilitar a construção da hipótese central”.

Ao observar a tendência atual de que a sociedade vem exigindo das empresas mais ética e responsabilidade, tanto no seu planejamento quanto na sua produção, percebe-se a necessidade dessas empresas em se comprometerem cada vez mais com a comunidade a elas relacionadas, com os seus funcionários e com o meio ambiente.

A implantação de ações que elevam a responsabilidade social numa empresa pode alterar o setor operacional da mesma, trazendo aos funcionários nova rotina de trabalho. Esse período de reconhecimento e adaptação, somado ao período necessário para o retorno do marketing social, pode levar os administradores a reconsiderar, mesmo que por hora, sua prática.

Como o objetivo das empresas em geral é a obtenção de lucro, surge então um impasse, pois sempre se teve a visão de que responsabilidade social seria função do Estado ou de entidades sem fins lucrativos, que não possuem como meta o lucro, mas o bem estar dos cidadãos.

Tendo em vista essas afirmações, a problemática sugerida refere-se a seguinte questão: Qual a participação do investimento social na composição do resultado do exercício da empresa?

1.3 OBJETIVOS

Os objetivos a serem apresentados devem representar a síntese do que se pretende alcançar. Informam o que se está propondo na pesquisa e quais os resultados que se pretende alcançar, ou qual a contribuição que a pesquisa irá proporcionar.

1.3.1 Gerais

Tem-se nesse trabalho, como objetivo geral, apresentar a relação entre o investimento sócio-ambiental e a composição do resultado do exercício em empresas prestadoras de serviço de energia elétrica.

1.3.2 Específicos

- Apresentar a definição e os aspectos legais da responsabilidade social no Brasil;
- Expor o conceito, a origem, e os objetivos de Balanço Social no Brasil;
- Descrever a composição dos investimentos sócio-ambientais constantes no Balanço Social;
- Delinear sobre o panorama das empresas prestadoras de serviço de energia elétrica;

- Apresentar o Balanço Social e a Demonstração do Resultado do Exercício de empresas prestadoras de serviços públicos de energia.

1.4 JUSTIFICATIVA DO ESTUDO

A nova tendência mundial em que a responsabilidade social está se tornando um requisito básico na escolha de um produto, faz com que contadores e administradores re-planejem toda ou grande parte das empresas, com a finalidade de se ajustar às novas exigências da sociedade.

Essa mudança afeta diretamente os objetivos principais das empresas, que é a maximização do lucro. Por esse motivo, durante muito tempo, a idéia de socialização em suas analogias, foi constantemente diferida, sem a preocupação com o fato de a sociedade passar a exigir que a ética, respeito e responsabilidade sejam cada vez mais constantes nas empresas.

A busca por uma fórmula que vise o equilíbrio entre ações sociais e maximização do lucro, é uma das principais preocupações dos administradores atuais. Ter o conhecimento de quais as conseqüências seguirá determinadas ações sociais é de grande valor gerencial. Estudar e compreender essas conseqüências torna a responsabilidade social mais acessível e indispensável para que possa ser utilizada de modo constante nas empresas de modo geral.

A hesitação entre investir em uma ação social, que a primeira vista não resultará em retorno positivo à empresa, ou investir em aquisição de bens ou financiamentos de utilização exclusiva da mesma, passou a ser cada vez menos um problema para os tomadores de decisões.

O gerenciamento social é um instrumento que tem como finalidade, encontrar a melhor forma de efetuar os investimentos sociais, e que este represente o melhor retorno para a sociedade e conseqüentemente para a empresa. Definir de forma eficiente metas, objetivos, público alvo e estratégias, garante a empresa uma possibilidade maior de sucesso em sua ação social, que, associado ao marketing social, fará com que mude a visão da sociedade perante a empresa e seus produtos, estando assim adequando-se aos novos requisitos impostos.

A importância deste trabalho se dá pela necessidade de se compreender a responsabilidade social e os possíveis efeitos referentes à realização de

investimento social, sobre o resultado econômico das empresas optantes pela sua utilização.

1.5 METODOLOGIA DA PESQUISA

Marconi e Lakatos (1996, p. 57), definem pesquisa como “um conjunto de preceitos ou processo de que se serve uma ciência ou arte; é a habilidade para usar esses preceitos ou normas, a parte prática”.

A metodologia é a etapa em que se define onde e como será realizada a pesquisa, sua extensão e complexidade.

Embora haja diversas tipologias para o delineamento da pesquisa, referente em igual a diversos autores, será utilizada apenas quatro tipos, entre os quais:

1.5.1 Quanto à natureza

A pesquisa será classificada, do ponto de vista de sua natureza, como aplicada, pois sua realização se dará na consecução na prática dos objetivos previamente destacados.

Segundo Ander-Egg, (1978 apud Marconi & Lakatos, 1996, p. 19), “pesquisa aplicada, como o próprio nome indica, caracteriza-se por seu interesse prático, isto é, que os resultados sejam aplicados e utilizados imediatamente, na solução de problemas que ocorrem na realidade”.

1.5.2 Quanto à abordagem do problema

Como o projeto basear-se-á na análise de dados de balanços sociais, traduzindo seus números em informações, dessa forma, sua classificação no ponto de vista do problema será *quantitativa*.

De acordo com Richardson, (1999 apud Beuren, 2003, p. 92), a pesquisa quantitativa:

Caracteriza-se pelo emprego de quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas, desde as mais simples como percentual, média, desvio-padrão, às mais complexas, como coeficiente de correlação, análise de regressão etc.

1.5.3 Quanto aos objetivos

O tema será apresentado de forma a propiciar uma familiaridade maior com os assuntos Responsabilidade e Investimento Social. Será feito um estudo bibliográfico onde se estruturará os conceitos da análise dos demonstrativos das empresas e seus vínculos com a Responsabilidade Social.

Para Selltiz et al, (1967 apud Gil, 2002, p. 41):

Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de idéias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado

1.5.4 Quanto aos procedimentos técnicos

A abordagem do tema terá como base, a pesquisa em livros, artigos, sítios, revistas e periódicos, de modo a melhor consolidar os conceitos necessários para a compreensão da pesquisa, mas esta monografia será classificada como Estudo Multi-Casos, devido à análise de mais de uma empresa.

O método da pesquisa utilizada consubstancia-se de um estudo exploratório de multi-casos. O estudo exploratório de multi-casos foi realizado, enfocando o objetivo do artigo, nas seguintes empresas: CELESC, COELBA, COPEL.

A pesquisa realizar-se-á através de demonstrações financeiras das empresas Centrais Elétricas de Santa Catarina - *CELESC S/A*, *Cia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA S/A* e *Cia Paranaense de Energia - COPEL S/A*. Serão utilizados os Balanços Sociais e Demonstrações do Resultado do Exercício das mesmas, dos exercícios financeiros compreendidos entre 2003 e 2005.

Para a consecução das análises das demonstrações financeiras, serão utilizados os procedimentos de Análises Horizontal e Vertical, com o propósito de verificar possíveis alterações que possam estar relacionados ao Investimento Social efetivado pelas respectivas empresas.

1.6 LIMITAÇÃO DA PESQUISA

O trabalho em questão restringe-se em analisar os dados específicos das empresas a serem pesquisadas, além das limitações de ordem temporal e financeira.

A limitação evidencia os limites estabelecidos para a consecução da investigação. Mesmo que o tema pesquisado seja específico, há sempre a necessidade de limitá-lo, de forma a condicioná-lo a abranger somente ao assunto definido, sem a complexidade da generalização.

Ander-Egg (1978 apud Marconi e Lakatos 1996, p. 27), apresentam três níveis de limites, quanto:

- a. *Ao objeto* – que consiste na escolha de maior ou menor número de variáveis que intervêm no fenômeno a ser estudado. Selecionado o objeto e seus objetivos, estes podem condicionar o grau de precisão e especialização do objeto;
- b. *O campo de investigação* – abrange dois aspectos: em determinado momento, e limite no espaço, quando deve ser analisado em certo lugar. Trata-se, evidentemente, da indicação do quadro histórico e geográfico em cujo âmbito se localiza no assunto;
- c. *Ao nível de investigação* – que engloba três estágios: exploratórios, de investigação e de comprovação de hipóteses.

O assunto Responsabilidade Social, por ser ainda considerado uma novidade e não ser seguida por todas as empresas de forma similar, se torna uma limitação na consecução deste trabalho, pois o número de publicações teóricas ainda é muito reduzido, inclusive no setor de prestação de serviços públicos.

A qualidade dos relatórios sociais divulgados, por não haver ainda uma estruturação determinada por lei, torna-se uma limitação no momento em que se analisa o documento, pelo motivo de cada empresa priorizar os investimentos que lhes são mais favoráveis. Entende-se neste caso que, cada empresa realiza investimentos em projetos únicos, que pode não ser seguido pelas demais, principalmente empresas do mesmo setor, o que dificulta analisar os itens de cada indicador social, devendo-se apenas analisá-los no conjunto.

O tema desta monografia torna-se uma limitação no ponto de vista do número de bibliografias publicadas sobre o assunto. Como a maioria das publicações sobre responsabilidade social restringe-se apenas ao ponto de vista qualitativo, ou seja, apenas os seus efeitos sociais sobre a empresa, há a existência de pouquíssimas obras relatando sobre os efeitos quantitativos sobre a mesma.

A mesma dificuldade encontra-se em publicações sobre análise de balanços, pois há diversas obras sobre o assunto, porém, a existência da mesma relacionada a relatórios sociais é rara, devendo-se adaptá-las na melhor forma a cumprir os objetivos propostos.

Os resultados do estudo não podem ser generalizados a outras empresas, dado as particularidades dos multi-casos explorados, constituindo-se, portanto, em uma limitação da presente pesquisa.

A pesquisa envolve valores que não podem ser diretamente relacionados entre si, dificultando assim, demonstrar claramente a participação dos investimentos sociais na composição do Resultado do Exercício, mas sabe-se que a primeira faz parte da formação do Lucro ou do Prejuízo do período.

1.7 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

Este trabalho encontra-se estruturado em quatro capítulos, seguindo na ordem de Introdução, a Fundamentação Teórica, o Estudo de Casos e as Conclusões e Recomendações.

O primeiro capítulo apresenta o trabalho que será desenvolvido. Explica o contexto da pesquisa, seu objetivo, sua importância e a maneira pela qual será realizada a pesquisa. Subdivide-se em sete tópicos, nos quais estão inclusos o tema, o problema, os objetivos, a justificativa, a metodologia, a limitação, e a organização do trabalho.

O segundo capítulo refere-se à Fundamentação Teórica, onde aborda os diversos assuntos que englobam o tema pesquisado. São utilizados estudos realizados por autores renomados nas áreas contábil e social, de modo a transcrever a base de conhecimento à pesquisa a ser realizada neste trabalho.

O terceiro capítulo alude o estudo multi-casos, onde são estudadas as empresas CELESC, a COPEL e a COELBA. Deverá ser restrito aos objetivos e métodos especificados no capítulo um e com o embasamento teórico apresentado no capítulo dois. Será apresentado, num primeiro momento, um panorama sobre cada empresa, seguido da análise das demonstrações individualmente, finalizando com a realização da análise do setor nas quais as empresas estão incluídas, no setor de prestação de serviços públicos de energia elétrica.

O quarto capítulo encerrará a monografia, com as conclusões alcançadas durante o processo de pesquisa da mesma, relatando o cumprimento dos objetivos estabelecidos no primeiro capítulo deste trabalho, e a sua localização no mesmo. Serão também dispostas recomendações acerca de temas relacionados para a realização de futuros trabalhos monográficos.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

De maneira a melhor dispor o tema desta monografia, faz-se necessário discorrer sobre as diversas apreciações sobre os assuntos em questão. A Responsabilidade Social, que é o assunto central desta monografia, se funde com os conceitos de contabilidade, mais especificamente, neste caso, com a análise das demonstrações contábeis.

2.1 RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL

A nova postura dos cidadãos perante as mudanças políticas e sociais que acontecem em todo o mundo desde os anos 60, serviu como base para o conceito de responsabilidade social. De acordo com Clay Offe (apud MELO NETO & FROES, 2002), a falência do Estado como provedor do bem estar social, o apogeu do liberalismo e até o repúdio dos norte-americanos, perante aos produtos relacionados a Guerra do Vietnã, favoreceram para difundir e firmar a ética e responsabilidade nas relações empresas/cidadãos. E, nesta mesma época, surgiram na Europa, mais precisamente na França e Alemanha, movimentos sociais que proclamavam por informações sobre emprego e condições de trabalho nas empresas.

As ONGs, fundações, entidades de direito civil e até mesmo as Igrejas, assumiram a função de provedores da cidadania para a sociedade, que através deles, passaram a conhecer seus direitos perante ao Estado.

A Uniethos, em seu site (www.uniethos.org.br), disponibiliza uma cartilha onde explica passo a passo a responsabilidade social empresarial, no qual se refere à mesma como "... estando relacionado com a ética e a transparência na gestão dos negócios e deve refletir-se nas decisões cotidianas que podem causar impactos na sociedade, no meio ambiente e no futuro dos próprios negócios."

Kardotli (2004, p.85), em sua Tese, comenta que "a responsabilidade social das empresas está intimamente ligada as obrigações que a empresa têm para com a sociedade na qual elas atuam", e, segundo Milano (2002, p. 10), representa "a conduta ética e responsável adotada pelas empresas na plenitude das suas redes de relações". Isso significa que toda a relação em que uma empresa estiver envolvida, deverá ser levada em conta o bem estar de todos os envolvidos, seus interesses e filosofias, ou seja, responsabilidade social diz respeito à maneira como

as empresas realizam seus negócios, os critérios utilizados para tomada de decisões, os valores que definem suas prioridades e os relacionamentos nos quais interagem.

Ashley (2002) relata que o compromisso que uma organização deve ter para com a sociedade, expresso por meio de atos e atitudes que a afetem positivamente de modo amplo e a alguma comunidade de modo específico, atingindo proativamente e coerentemente no que tange a seu papel específico na sociedade e a sua prestação de contas com ela.

Toda essa transformação levou a uma maior conscientização por parte da sociedade, que começou a exigir maior transparência nos negócios por parte das empresas, e as fizeram adotar uma postura mais responsável sobre suas ações.

A responsabilidade social não pode ser confundida com filantropia, pois seus interesses abrangem mais do que o bem estar social, envolvem também, um melhor desempenho nos negócios e, como consequência, maior lucratividade.

De acordo com o sítio www.responsabilidadesocial.com a responsabilidade social corporativa tem as seguintes características:

- É plural: Empresas não devem satisfação apenas aos seus acionistas. Muito pelo contrario. O mercado deve agora prestar contas aos funcionários, à mídia, ao governo, ao setor não-governamental e ambiental e, por fim, às comunidades com que opera;
- É distributiva: A responsabilidade sócia nos negócios é um conceito que se aplica a toda a cadeia produtiva. Não somente o produto final deve ser avaliado por fatores ambientais ou sociais, mas o conceito é de interesse comum e, portanto, deve ser difundido ao longo de todo e qualquer processo produtivo.
- É sustentável: Responsabilidade social anda de mãos dadas com o conceito de desenvolvimento sustentável. Uma atitude responsável em relação ao ambiente e à sociedade, não só garante a não escassez de recursos, mas também amplia o conceito a uma escala mais ampla. O desenvolvimento sustentável não só se refere ao ambiente, mas por via do fortalecimento de parcerias duráveis, promove a imagem da empresa como um todo e por fim leva ao crescimento orientado.
- É transparente: A globalização traz consigo demandas por transparências. Não mais nos bastam mais os livros contábeis. Empresas são gradualmente obrigadas a divulgar sua performance social e ambiental, os impactos de suas atividade e as medidas tomadas para prevenção ou compensação de acidentes. Nesse sentido, empresas serão obrigadas a publicar relatórios anuais, onde sua performance é aferida nas mais diferentes modalidades possíveis.

Para se atingir com sucesso a finalidade primeira da responsabilidade social, que é o de nivelamento social, o administrador deve ter consciência dos reflexos de sua utilização e, ansiar que seu ato, alcance de forma absoluta, os objetivos previamente delimitados.

2.2 INVESTIMENTO SOCIAL

Com a crescente importância que a responsabilidade social vem adquirindo nos últimos tempos perante a sociedade em geral e como consequência, nas empresas, fez crescer o volume realizado de investimentos sociais para fundos de interesse público. Fundos que tem como objetivo o auxílio para a solução de alguns problemas sociais, como saúde, educação, entre outros.

Porém, investimentos sociais não são somente realizados em função dos fundos supracitados. Ações como patrocínios em estudos sociais, iniciativas de inclusão social para crianças, jovens, adultos e idosos, são métodos de Investimentos Sociais possíveis que são feitos pelas empresas.

Para Milano (2002, p. 10-11), investimento social privado “é o uso planejado, monitorado e voluntário de recursos privados, sejam eles provenientes de pessoas físicas, jurídicas, em projetos de interesse público”.

O sítio da IDIS (Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social) (www.idis.org.br) complementa a definição acima dizendo, “Entende-se como Investimento Social Corporativo a doação voluntária das empresas em forma de recursos financeiros, em espécie, humanos, técnicos e gerenciais, voltada para o benefício público”.

Investimento social privado, não pode ser confundido com assistencialismo. Os projetos que são assistidos pelo investimento social têm o intuito de gerar retorno positivo para a sociedade, e também para a empresa. Há um monitoramento das atividades desempenhadas para se assegurar que suas finalidades sejam plenamente alcançadas.

Segundo ainda o site supracitado, o Investimento Social estratégico é aquele que:

- Agrega valor à comunidade e às empresas;
- Guarda identidade com os valores da Corporação;
- Promove o engajamento do público interno;
- Envolve parceiros comprometidos com mudanças;
- Possibilita investimentos compartilhados;
- Desenvolve vínculos duradouros com a comunidade beneficiada;
- Estabelece comprometimento de longo prazo de modo a sustentar e multiplicar os resultados.

2.3 BALANÇO SOCIAL

O Balanço Social tem a finalidade de demonstrar o conjunto de informações sobre projetos, benefícios e ações sociais dirigidas a empregados, investidores, analistas de mercado e à comunidade. Apesar de sua divulgação ainda não ser obrigatória, muitas empresas a utilizam de forma a permitir o acesso as suas atividades sociais, transparecendo de forma voluntária suas ações.

Tem-se utilizado o balanço social como instrumento estratégico visando avaliar e multiplicar o exercício da responsabilidade social corporativa. O balanço social tem também, a capacidade de medir e explicitar o grau de preocupação da empresa perante as pessoas e a vida na terra.

Segundo a FIPECAFI (2000, p.31), “balanço social tem por objetivo demonstrar o resultado da interação da empresa com o meio em que está inserido”. E Borchardt (2002, p.45-46), complementa destacando outros objetivos:

- a) Evidenciar, com indicadores, as contribuições à qualidade de vida de seus funcionários;
- b) Abranger o universo das interações sociais entre clientes, fornecedores, associados, governo, acionistas, investidores, universidade e outros;
- c) Formar um banco de dados confiável para a análise e tomada de decisão dos mais diversos usuários;
- d) Ampliar o grau de confiabilidade da sociedade;
- e) Contribuir para a implementação e manutenção de processos de qualidade, sendo a própria demonstração do balanço social um parâmetro para este processo;
- f) Servir de instrumento para negociações laborais entre a direção da empresa e sindicatos ou representantes dos funcionários;
- g) Melhorar o sistema de controle interno, permitindo qualificar o ambiente organizacional, numa perspectiva de confirmar a regularidade da gestão identificada com o gerenciamento social e ecologicamente correto;
- h) Clarificar os objetivos e as políticas administrativas julgando a administração não apenas em função do resultado econômico, mas também dos resultados sociais.

Conforme o sítio Balanço Social do IBASE (www.balancosocial.org.br), “A função principal do balanço social da empresa é tornar público a responsabilidade social da empresa”, e complementa, em referência aos empresários, que “o objetivo principal de quem atua nesta área deve ser, obviamente, a diminuição da pobreza e das injustiças sociais, através da construção de uma cidadania empresarial”.

A origem do balanço social está diretamente relacionada com o surgimento da responsabilidade social, podendo considerar a primeira consequência natural da segunda. Como já visto no sub-capítulo 2.1, a responsabilidade social surgiu como um método de aliviar as atrocidades contra a humanidade ocorridas, principalmente,

durante a década de 60, devido a Guerra do Vietnã. O balanço social surgiu, conforme narra Borchardt (2002), na Europa no ano de 1971, quando a empresa alemã STEAG publicou uma espécie de relatório contendo suas atividades sociais, mas o relatório divulgado pela empresa SINGER em 1972 na França, foi considerado como um marco histórico, sendo o primeiro Balanço Social de empresas.

Na América Latina e, especialmente no Brasil, o balanço social segue um modelo que mescla os arquétipos já existentes nos Estados Unidos e Europa. O sítio do Balanço Social (www.balancosocial.org.br) comenta sobre o início do balanço social no Brasil, mencionando:

No Brasil, os ventos desta mudança de mentalidade empresarial já podem ser notados na “Carta de Princípios do Dirigente Cristão de Empresas” desde a sua publicação, em 1965, pela Associação de Dirigentes Cristãos de Empresas do Brasil (ADCE Brasil). Na década de 80, a Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Social (DIDES) chegou a elaborar um modelo. Porém, só a partir do início dos anos 90 é que algumas empresas – muito poucas – passaram a levar a sério esta questão e divulgar sistematicamente em balanços e relatórios sociais as ações realizadas em relação à comunidade, ao meio ambiente e ao seu próprio corpo de funcionários.

Melo Neto & Froes (2002), descrevem que no ano de 1997, o sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, e o IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas), iniciaram sua cruzada em prol da divulgação do balanço social pelas empresas, através de um modelo único e simples.

Apesar de toda a importância dada à utilização em massa dessas demonstrações, ainda não foi instituída por lei uma estrutura definitiva a fim de sua confecção. Devido a sua característica liberal, muitos autores defendem que o bom senso deve ser importante nesse caso, que os profissionais da área contábil devem fazer uso de sua livre evidenciação para melhor adequá-la a atividade fim da empresa, e às necessidades de seus usuários.

A seguir apresenta-se o modelo proposto pelo IBASE, sendo este o modelo de balanço social mais utilizado pelas empresas no Brasil.

2.3.1 Modelo proposto pelo IBASE

O IBASE, em união com Betinho, já haviam iniciado uma campanha para sua popularização entre as empresas, e também, em união com diversos profissionais especializados, a estruturação de uma demonstração que a seu ver, engloba as principais informações necessárias ao assunto, e o seu modelo, apresenta quatro grupos de indicadores em sua composição:

O primeiro se refere diretamente aos seus trabalhadores e familiares, também chamado de indicadores sociais internos. Tem como exemplo: alimentação, previdência privada, saúde, segurança, creches ou auxílio-creche, etc. A Tabela 1, estruturada conforme ao divulgado pelo IBASE, demonstra como estão dispostos os itens inclusos neste Indicador.

INDICADORES SOCIAIS INTERNOS	R\$mil	%FPB	%RL	R\$mil	%FPB	%RL
Alimentação						
Encargos Sociais Compulsórios						
Previdência Privada						
Saúde						
Educação						
Cultura						
Participação nos lucros e/ou resultados						
Total das contribuições para a sociedade						
Tributos (excluído encargos sociais)						
TOTAL – Indicadores Sociais Internos						

Tabela 1 – Indicadores Sociais Internos

O segundo indicador é o Indicador Social Externo e é referente aos investimentos direcionados a comunidade na qual está inserida. Educação, cultura, saúde e saneamento, esporte, combate à fome e segurança alimentar são exemplos desses investimentos externos. Conforme a Tabela 2 demonstra, este Indicador subdivide-se em 2 (duas) partes, no Total das Contribuições para a Sociedade e o Total em Tributos.

INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS	R\$mil	%RO	%RL	R\$mil	%RO	%RL
Educação						
Cultura						
Saúde e Saneamento						
Esportes						
Combate a fome e Segurança Alimentar						
TOTAL – Indicadores Sociais Externos						

Tabela 2 – Indicadores Sociais Externos

O terceiro é referente aos investimentos destinados ao meio ambiente. É denominado de Indicador Ambiental e engloba os investimentos em projetos ambientais externos e relacionados com a operação da empresa. A Tabela 3 indica como são divididos os recursos destinados a este indicador.

INDICADORES AMBIENTAIS	R\$mil	%RO	%RL	R\$mil	%RO	%RL
Investimentos relacionados com as operações da empresa						
Investimentos em programas e/ou projetos externos						
TOTAL – Indicadores Ambientais						

Tabela 3 – Indicadores Ambientais

O quarto indicador é referente ao Indicador do Corpo Funcional da empresa, ou seja, se preocupa com a quantificação e a qualificação de funcionários, o número de funcionários terceirizados, mulheres, negros, idosos, entre outras. A Tabela 4 relaciona alguns itens relacionados a este indicador durante a elaboração do balanço social.

INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL
Nº de empregados ao final do período
Nº de empregados terceirizados
Nº de empregados acima de 45 anos
Nº de mulheres que trabalham na empresa
Nº de empregados portadores de deficiência

Tabela 4 – Indicadores do Corpo Funcional

O objetivo, entretanto, consiste em quantificar o total gasto no social, através destes indicadores, e, também, para haver maior compreensibilidade por parte dos usuários, a padronização se torna importante, mesmo sem muitos detalhamentos e limitações.

Pode-se perceber que o modelo disposto pelo IBASE evidencia de forma mais detalhada possível, os investimentos passíveis de serem efetuados por empresas de todos os setores.

2.4 LEGISLAÇÃO SOBRE O BALANÇO SOCIAL

Apesar de não haver ainda uma legislação própria em nível federal que direcione sua elaboração ou a torne obrigatória, existe, em processo de tramitação na Câmara de diversos estados e municípios, projetos de leis que buscam a sua obrigatoriedade de modo a padronizar o uso da responsabilidade social pelas empresas, principalmente as públicas.

2.4.1 Legislação em nível Federal

O Projeto de Lei nº 3.116/97, apresentado pela então deputada federal Marta Suplicy pelo partido do PT/SP, em união de outras duas deputadas Maria Conceição Tavares do PT/RJ e Sandra Starling do PT/MG, criava e tornava obrigatório o balanço social para todas as empresas públicas e para as empresas privadas com mais de 100 funcionários. Este projeto foi arquivado em 01 de fevereiro de 1998, pois, de acordo com o art. 105 do Regimento Interno da Câmara de Deputados, os projetos devem ser aprovados por todas as comissões temáticas (Comissão do Trabalho, Comissão da Economia, Indústria e Comércio e Comissão de Constituição e Justiça) antes do término do mandato, no caso em 31 de janeiro de 1998.

O Projeto de Lei nº 0032/99. O Projeto de Lei nº 3.116/97 voltou a tramitar na Câmara dos Deputados, quando foi reapresentado pelo deputado Paulo Rocha, do partido do PT do Pará, em 03 de fevereiro de 1999. Mesmo sendo uma versão melhorada do original, o projeto continua dispondo dos mesmos objetivos, o de criar e tornar obrigatório o balanço social.

2.4.2 Legislação em nível Estadual

A seguir apresentam-se alguns Estados que instituíram leis que tratam dos temas responsabilidade social e balanço social:

- Rio Grande do Sul: Lei nº 11.440, de 18 de janeiro de 2000, de autoria do deputado estadual Cezar Buzatto, com o auxílio do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul. Institui o balanço social para empresas

estabelecidas no Rio Grande do Sul, que deverá ser assinado por contador ou técnico em contabilidade, devidamente habilitado no CRC-RS ao exercício profissional.

- Mato Grosso: Lei nº 7.687, de 25 de junho de 2002, dos deputados Humberto Bosaipo, Riva e Eliene, que, como no Estado do Amazonas, cria o Certificado de Responsabilidade Social no Estado do Mato Grosso e dá outras providências.
- Amazonas: Lei nº 2.843, de 31 de outubro de 2003 cria o Certificado de Responsabilidade Social para empresas no âmbito do Estado do Amazonas e dá outras providências.

2.4.3 Legislação em nível Municipal

A seguir apresentam-se alguns municípios que instituíram leis que tratam dos temas responsabilidade social e balanço social:

- Santo André/SP: O projeto de Lei nº 004/97, que veio a se tornar a Lei nº 7.672, de 18 de junho de 1998, do vereador Carlinhos Augusto, que visa à criação do Selo Empresa Cidadã às empresas que instituírem e apresentarem qualidade em seu balanço social.
- João Pessoa/PB: O projeto de Resolução nº 004/98 do vereador Júlio Rafael, que institui o Selo Herbert de Souza às empresas que apresentarem qualidade em seu balanço social.
- São Paulo/SP: Resolução nº 005/98, que cria o Dia e o Selo da Empresa Cidadã às empresas que apresentarem qualidade em seu balanço social. Foi apresentada pela vereadora Aldaíza Sposati do PT.
- Porto Alegre/RS: Lei nº 8.118/98, que cria o balanço social das empresas estabelecidas no âmbito do município de Porto Alegre, de autoria

do vereador Hélio Corbelini do PSB. Esta lei foi sancionada em 05 de janeiro de 1998.

- Uberlândia/MG: O Decreto Legislativo nº 118, de 11 de novembro de 1999, apresentado pela vereadora Fátima Paiva do PHS, em que a Câmara Municipal do Município institui em novembro de 1999 o selo “Empresa Cidadã”.
- Londrina/PR: Lei nº 9.538, de 28 de junho 2004, do vereador Nelson Cardoso, criando o Selo da Cidadania por meio da publicação do Balanço Social das empresas públicas e privadas e das organizações do terceiro setor estabelecidos no município.

2.4.4 Legislação referente a assuntos sociais distintos

A seguir apresentam-se algumas Leis correspondentes a responsabilidade social e balanço social:

- Decreto nº 3.298/99: Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências.

2.5 PANORAMA DO SETOR DE SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA

As empresas do setor elétrico brasileiro vêm passando por grandes transformações nos últimos anos, intensificando a partir de meados dos anos 90, com o processo de privatização das empresas estatais de energia elétrica.

Com referência do site da empresa COELBA (www.coelba.com.br), no mercado de distribuição de energia elétrica atuam, atualmente, cerca de 64 concessionárias em todo país, entre empresas estatais e privadas. As estatais são controladas pelos governos federal, estaduais e municipais. Nas concessionárias

privadas verifica-se a presença, em seus grupos de controle, de diversas empresas nacionais, norte-americanas, espanholas e portuguesas.

Conforme complementa ainda o site da COELBA, “essas concessionárias fornecem energia a cerca de 47 milhões de unidades consumidoras, das quais 85% são consumidores residenciais, e estão presentes em mais de 99% dos municípios brasileiros”.

O mercado de energia elétrica experimenta um crescimento da ordem de 4,5% ao ano, devendo ultrapassar a casa dos 10 mil MW em 2008, e o planejamento governamental de médio prazo prevê a necessidade de investimentos da ordem de 6 a 7 Bilhões de reais ao ano para expansão da matriz energética brasileira, em atendimento à demanda do mercado consumidor. A ANEEL (www.aneel.gov.br) complementa a sua afirmação acima citando que “devem ocorrer alterações na estrutura dos investimentos em energia, incluindo a instalação de centrais termelétricas e gás natural, que exigem prazos de implementação e investimentos menores que as hidrelétricas.”

2.6 MARKETING SOCIAL

O marketing social vem sendo cada vez mais utilizado pelas empresas como ferramenta de auxílio estratégico. Os benefícios consequentes das ações sociais são considerados como razão principal dessa mudança estratégica, pois se percebeu que o retorno sobre investimentos sociais divulgados de forma correta, eram superiores ao previsto.

Para Melo Neto & Froes (2002, p.156), “Empresas desenvolvem projetos sociais com dois objetivos: exercer filantropia empresarial e desenvolver estratégias de marketing com base em ações sociais”.

Mesmo sendo duas razões distintas, elas não podem ser consideradas mutuamente excludentes, pois empresas utilizam-se da filantropia empresarial como ferramenta estratégica, que, aliás, se mostra bastante eficiente em relação aos retornos obtidos. Entretanto, para muitos especialistas, a filantropia não pode ser considerada uma ação de marketing, pois é vista como prática de mecenato.

O site da Comunicação Empresarial, (www.comunicacaoempresarial.com.br), complementa se pronunciando:

Diz respeito ao esforço mercadológico no sentido de associar uma marca ou instituição a uma causa social, que pode ser o desenvolvimento de campanhas (para prevenção da saúde e o estímulo à leitura, por exemplo) doações para entidades assistenciais, parcerias com entidades filantrópicas, desenvolvimento de trabalho junto a comunidades carentes etc.

O marketing social, para Borchardt (2002, p.21) “é a gestão estratégica do processo de inovações sociais, a partir da adoção de novas atitudes, comportamentos e práticas individuais e coletivas, orientadas por preceitos éticos, fundamentadas nos direitos humanos e na equidade social”. Também em referência a Melo Neto & Froes (2002, p.156), o Marketing Social subdivide-se nas seguintes modalidades:

- Marketing da Filantropia;
- Marketing de Campanhas Sociais;
- Marketing de Patrocínio de Projetos Sociais;
- Marketing de Relacionamentos com base em Ações Sociais;
- Marketing da Promoção Social do Produto e da Marca.

Há casos de doações e subvenções por parte de empresas, que investem recursos com finalidades de permitir o equilíbrio social e cultural em toda a sociedade. Melo Neto e Froes (2002), descreve algumas ações realizadas, como exemplo as ações de filantropia da Microsoft, doando cerca de US\$ 200 milhões, de modo a abastecer bibliotecas públicas americanas com softwares educacionais. No Brasil, há o caso em que o Citibank doou computadores para as crianças na favela da Rocinha no Rio de Janeiro, com objetivo de dotar as bibliotecas instaladas em diversas favelas, com computadores, visando facilitar a consulta de dados e a aprendizagem de usos e aplicações do equipamento na educação.

Campanhas Sociais, como a Campanha pela Cidadania e Contra a Miséria e a Fome, idealizada pelo sociólogo Betinho, e a Campanha do McDonald's, o Mc Dia Feliz, são campanhas que tem apelo emocional forte, que visa na contribuição de movimentos sérios, como nos casos citados, a fome, a desigualdade social e a luta contra o câncer.

De acordo com o ponto de vista de Melo Neto e Froes (2002, p.160), “existem dois tipos de patrocínio de projetos sociais: o patrocínio de projetos sociais de terceiros e o patrocínio de projetos sociais próprios”, e segue-se, em referência ao primeiro tipo, “... empresas que atuam em parceria com os governos no financiamento de suas ações sociais”, que pode ser exemplificada com a

comunidade solidária. O segundo tipo, seguindo o pensamento de Melo Neto e Froes (2002, p.161),

(...) aquelas empresas que, através de seus institutos e fundações sociais, criam seus próprios projetos e os implementam com recursos próprios. Muitas dessas empresas escolhem áreas específicas de atuação social e se especializam em desenvolver projetos em tais áreas. ou, como fazem algumas empresas e até mesmo, pessoas físicas ou jurídicas, que fundam instituições a fim de auxiliar no desenvolvimento de projetos na área em questão.

O marketing desperta a necessidade e o desejo nos seres humanos, na medida em que a informação social for evidenciada como parte do marketing da empresa. A tendência é que essa informação passe a ser um valor social, no sentido de que a empresa que melhor souber informar e que tiver melhor investimento na comunidade, poderá ter seu reconhecimento junto a ela, criando dessa forma uma cultura, uma nova mentalidade, onde a sociedade estará agregando maior valor a empresa que utilizar este tipo de marketing.

2.7 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Lei das Sociedades por Ações (6404/76), primeiramente, dispunha apenas sobre as Sociedades Anônimas, mas, por determinação da legislação fiscal, passou a ser obrigatória, para os demais tipos de sociedades.

Por determinação desta mesma Lei, há a obrigatoriedade de divulgação de quatro relatórios contábeis no final de cada exercício social, entre os quais pertencem: Balanço Patrimonial (BP), Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR) e Demonstrações do Lucro ou Prejuízo Acumulado (DLPA) (que há a possibilidade de ser substituída pela Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)).

Mesmo sendo apenas estes quatro relatórios considerados obrigatórios, há ainda relatórios não obrigatórios, que são de essencial importância para os gestores e tomadores de decisões. Têm-se como principais relatórios não obrigatórios pela Legislação, a Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC), os orçamentos, o livro razão, entre outros.

O Balanço Patrimonial reflete a posição financeira de uma empresa em uma determinada data. Apresenta todos os bens e direitos da empresa (Ativo), e também suas obrigações perante terceiros (Passivo). Da diferença entre o ativo e o passivo,

surge o patrimônio líquido que representa o capital investido pelos proprietários da empresa.

Para Anthony (1981 apud Matarazzo, 1997), o Balanço Patrimonial mostra:

1. as fontes de onde provenieram os recursos utilizados para a empresa operar – Passivo e Patrimônio Líquido; e
2. os bens e direitos em que esses recursos se acham investidos.

Para Iudicibus e Marion (2003, p.77), Demonstração do Resultado do Exercício “contém um resumo ordenado das receitas e despesas da empresa em determinado período, normalmente 12 meses”.

A DRE exigida por Lei (6404/76 art. 187), requer maior detalhamento das despesas, dividindo-os em grupos, de forma a fornecer informações mais específicas como grupos de despesas operacionais e não operacionais destaque dos impostos, etc.

De acordo com Iudicibus e Marion (2003, p.195), “Receita de uma empresa durante um período de tempo representa uma mensuração do valor de troca dos produtos (bens e serviços) de uma empresa durante aquele período”.

A Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR) é uma demonstração financeira que visa explicar a variação do Capital Circulante Líquido (CCL) ocorrida de um ano para outro. Sua importância se refere ao fato de fornecer dados importantes que não constam das demais demonstrações financeiras. Relaciona-se tanto com o BP quanto com a DRE, sendo complementar a ambas, fornecendo as modificações na posição financeira da empresa pelo fluxo de recursos.

A Demonstração dos Lucros e Prejuízos Acumulados (DLPA) evidencia a distribuição e a movimentação ocorrida no saldo da conta lucros ou prejuízos acumulados e, em especial, os dividendos que serão destinados ao final do exercício. Há, de acordo com a Lei das S/A, a possibilidade de substituir a DLPA pela DMPL, sendo que esta, dada sua amplitude, engloba a primeira. Porém, a CVM em sua instrução nº 59, de 22/12/86, exige sua publicação a todas as companhias abertas.

A DMPL, ao contrário da DLPA, engloba todas as contas do PL, evidenciando as variações ocorridas na mesma, durante o exercício social, portanto, fornece informação que complementa os demais dados contidos no BP e na DRE.

2.7.1 Usuários das informações contábeis

Neves & Viceconti (2003, p. 4) dizem que para ser usuário das informações contábeis, basta a pessoa, que pode ser física ou jurídica, apresentar algum interesse sobre a mesma. Geralmente, acionistas, fisco, fornecedores entre outros, são beneficiados com a informação contábil.

Ludícibus & Marion (2003, p.42), complementa a conceituação prévia mencionando "...que tenha interesse na avaliação da situação e do progresso de determinada entidade...".

Os usuários preferenciais externos são, para Ludícibus & Marion (2003):

- acionistas;
- empregadores de recursos e credores em geral;
- integrantes do mercado de capital como um todo, no sentido de que a quantidade, a natureza e a importância da informação prestada abertamente pela entidade influenciam, mesmo que indiretamente esse mercado; e
- outros.

Usuários secundários:

- administração (de todos os níveis) da entidade;
- fisco; e
- outros.

Assaf Neto (1998, p. 145) afirma que, de acordo com sua opinião, os usuários mais importantes são "fornecedores, clientes, intermediários financeiros, acionistas, concorrentes, governo e seus próprios administradores".

Cada usuário procura em sua análise de demonstrações contábeis, encontrar informações que lhe seja conveniente, de modo a suprir eventuais dúvidas, seja na aprovação de créditos, no caso de um banco, ou na fiscalização tributária, no caso do Governo.

2.8 ANÁLISE DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A análise em demonstrações contábeis pode ser considerada como uma consequência da elaboração das mesmas.

O ponto de vista de Ludícibus (1988, p. 24), caracteriza análise de balanços como “arte de saber extrair relações úteis, para o objetivo econômico que tivermos em mente, dos relatórios contábeis tradicionais e de suas extensões e detalhamentos, se for o caso”.

Das Neves & Viceconti (2003, p. 449), narra o objetivo da análise das demonstrações contábeis como,

fornecer informações numéricas de dois ou mais períodos, de modo a auxiliar ou instrumentar acionistas, administradores, fornecedores, clientes, governos, instituições financeiras, investidores e outras pessoas físicas ou jurídicas interessadas em conhecer a situação da empresa ou para tomar decisões.”

As demonstrações financeiras que são suscetíveis de análise, segundo Marion(1998, p.452-453), são:

o Balanço Patrimonial; a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, e a Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados(ou Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido), onde será dado maior ênfase nas duas primeiras, nas quais são evidenciadas de forma objetiva a situação financeira (BP) e a situação econômica(BP e em conjunto na DRE).

Matarazzo (1997, p. 17) afirma que, uma das funções da análise das demonstrações contábeis é “transformar dados em informações contábeis”, e também, “e será tanto ou mais eficiente quanto melhores informações produzir”. E segue conceituando ‘dado’ como “números ou descrições de objetos ou eventos que, isoladamente, não provocam nenhuma reação no autor”, e ‘informação’ “representam para quem as receber, uma comunicação que pode produzir reação ou decisão, freqüentemente acompanhada de um efeito-surpresa”.

Existem diversas técnicas de análise das demonstrações contábeis, nas quais Marion (1998, p. 454) relaciona as mais atuais, sendo “Indicadores Financeiros e Econômicos, Análise Vertical e Horizontal, Análise da Taxa de Retorno sobre Investimento (Margem de Lucro X Giro do Ativo), Análise da DOAR”.

Na consecução da análise, de acordo com Matarazzo (1997), ao contrário das demonstrações financeiras, os relatórios de análise devem possuir uma linguagem de fácil compreensão, e devem ser elaborados como se fossem dirigidos a leigos.

A análise é geralmente utilizada de forma a melhor compreender os dados descritos nas demonstrações, transformando-as em informações úteis, com o fim de que, os usuários específicos sejam capazes de tomar decisões cabíveis e relevantes à situação da empresa.

2.9 IMPORTÂNCIA DA ANÁLISE DE BALANÇOS

A análise efetuada em demonstrações contábeis é tão importante quanto às demonstrações de fato. Ludícibus(1993, p.19) menciona que “nos primórdios da Contabilidade, quando esta se resumia basicamente, a realização de inventários já o analista se preocupava em anotar as variações quantitativas e qualitativas das várias categorias de bens incluídos em seu inventário”.

A compreensão das informações existentes nos relatórios contábeis fez desenvolver técnicas a fim de direcionar as possíveis conclusões a um senso comum.

As técnicas recém mencionadas podem ser denominadas como Análise Vertical, Horizontal, Indicadores de liquidez entre outros de igual importância, mas somente serão vistos de forma mais detalhadas os dois primeiros.

Assaf Neto (1998, p. 47), alude que:

a análise de balanços visa relatar, com base nas informações contábeis fornecidas pelas empresas, a posição econômico-financeira atual, as causas que determinaram a evolução apresentada e as tendências futuras. Em outras palavras, pela análise de balanços extraem-se informações sobre as posições pousadas, e presente e futuras (projetada) de uma empresa.

Estudar os objetivos de uma análise de balanço fica evidente com o aprofundamento nos estudos contábeis pelo aluno. Franco(1997, p.19) relata que para a contabilidade “sua função é registrar, classificar, demonstrar, auditar e analisar todos os fenômenos que ocorrem no patrimônio das entidades, objetivando fornecer informações, interpretações e orientação para a tomada de decisão”. A afirmação supracitada vem reforçar ainda mais a importância e o conceito de análise de demonstração contábil.

2.9.1 Análise Vertical e Análise Horizontal

O conceito da análise vertical se funde ao objetivo da mesma. Ludícibus (1993, p.138), em seu livro, declara que “este tipo de análise é importante para avaliar a estrutura de composição de itens”.

Em termos gerais, esta análise visa à comparação de certos grupos de contas ou contas contábeis isoladas a um valor guia, que dependendo do foco de estudo do contador, pode ser qualquer conta da demonstração analisada.

Assaf Neto (1998, p.110), complementa “dispondo-se dos valores absolutos em forma vertical, pode-se apurar facilmente a participação relativa de cada item contábil no ativo, no passivo ou na demonstração de resultado”.

A efetivação de uma análise vertical, não apresenta um grau de dificuldade muito alto. É realizada através de porcentagens, resultado da comparação entre as contas contábeis e que, serão interpretadas com coesão as metas do contador.

Marion (1998, p.479), é mais enfático ao descrever que:

se calcularmos a porcentagem dos itens do ativo sobre o ativo total, do disponível, de duplicatas a receber e de estoques sobre o ativo circulante, se calcularmos o percentual dos itens do passivo sobre o passivo ou sobre o exigível a longo prazo, estaremos fazendo uma análise vertical.

A análise horizontal também é realizada através de porcentagens, que serão obtidas na comparação de valores de uma mesma conta contábil ao longo dos anos.

Marion (1998, p.483), complementa a definição dizendo,

a observação de uma seqüência de um mesmo índice ou de uma seqüência de valores de uma mesma conta, durante vários anos ou períodos, é denominada Análise Horizontal. Fica evidente, que a sua característica principal é a utilização de mais de um exercício financeiro.

Assaf Neto (1988, p.102) completa a afirmação acima dizendo, “é basicamente um processo de análise temporal, desenvolvido por meio de números índices...”. A FIPECAFI (1995, p. 95) destaca ainda que “a finalidade principal da análise horizontal é apontar o crescimento de itens dos balanços e das demonstrações de resultados... através dos períodos, a fim de caracterizar tendências”.

A realização da análise horizontal é de extrema importância, pois auxilia o contador em suas tomadas de decisões, uma vez que apresenta as tendências em contas determinadas, e que podem servir de ponto de partida para futuras tomadas de decisões.

3 ESTUDO MULTI-CASO

Após verificar os diversos pontos conceituais, dispostos no Capítulo 2, em que foi abordado temas de responsabilidade social, tais como o balanço social, a DVA e investimentos sociais, e, temas contábeis, como demonstrações contábeis, análise de balanço e sua importância, passa-se então, para a consecução do estudo multi-caso, neste Capítulo 3.

Observou-se que o sítio do IBASE (www.ibase.org.br), distribui anualmente seu Selo Balanço Social IBASE/BETINHO para todas as empresas que pretendem criar uma imagem socialmente correta. Cherquer, em seu artigo publicado no sítio do IBASE (<http://www.balancosocial.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>), relata que:

O recebimento do selo não significa que as empresas sejam social ou ambientalmente responsáveis, mas atesta que cumpriram critérios de transparência e divulgação do balanço social exigidos pelo IBASE e que se submeteram às críticas e sugestões da sociedade

Com base neste panorama, foram selecionadas 3 (três) empresas que representam o mesmo setor e que se inscreveram para a obtenção do Selo referente a 2005, com o objetivo de avaliar se as mesmas foram capazes reverter seus esforços na área social e ambiental no resultado do exercício. As empresas escolhidas foram CELESC S/A, COELBA S/A e COPEL S/A, integrantes do setor de prestação de serviços públicos na área de energia.

3.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DAS EMPRESAS PESQUISADAS

3.1.1 Centrais Elétricas de Santa Catarina S/A – CELESC

Os dados a seguir foram retirados no site da própria empresa (www.celesc.com.br), e com base nestas informações serão elucidados alguns pontos importantes sobre a mesma.

A CELESC foi criada em dezembro de 1955 pelo Decreto Estadual nº 22, assinado pelo governador Irineu Bornhausen. Até a metade do século, as necessidades energéticas do Estado eram supridas por pequenos e médios sistemas elétricos regionalizados, geralmente mantidos pela iniciativa privada.

Para compensar a incapacidade da prestação de serviços dos sistemas de energia elétrica existentes na época, que apresentou aumento da demanda devido

ao desenvolvimento pelo qual o Brasil passou no governo de Juscelino Kubitschek, fez-se necessário a instituição da CELESC. Como resultado imediato, o início de suas operações viabilizou a entrada de Santa Catarina no Sistema Elétrico Interligado Sul-Sudeste, medida que garantiu o fornecimento de eletricidade adequado ao parque industrial catarinense.

O esforço da CELESC em aprimorar cada vez mais seu trabalho social se transformou em prêmios, certificados e menções públicas recebidos, sendo que os mais importantes são:

- Troféu Fritz Müller (Jul/06 –FIESC) – conquistado devido à harmonia e enquadramento de sua área de geração aos procedimentos ambientais corretos, à promoção de educação ambiental e o desenvolvimento de projetos na área de energia alternativa, como a instalação de energia solar em escolas isoladas;
- Anuário Maiores & Melhores 2006 (Jun/06 - Revista Exame) - classificado como a Melhor em Serviços na Região Sul, a 60a. empresa entre as Maiores por Vendas e a 8a. entre as 100 Maiores do Sul;
- Balanco Social/Demonstrações Contábeis – (Setor Elétrico Dez/05) – a INPEV considerou que as suas informações contábeis estavam entre as cinco melhores do Setor Elétrico em 2004, classificando o Balanco Social em primeiro lugar e as Demonstrações Contábeis em quarto lugar;
- Prêmio Procel Cidade Eficiente em Energia Elétrica – (Dez/05) - O seu Programa de Eficiência Energética em parceria com a Cia de Água e Saneamento - CASAN, foi escolhido como o melhor projeto nacional na categoria Sistemas de Saneamento;
- Pesquisa Revista Desempenho - 5000 Maiores – (Set/05) - Essa Revista, publicada pelo Instituto Miguel Calmon, a classificou como a 53ª maior empresa brasileira. No ranking geral da região Sul, ela aparece em 9º lugar e, em Santa Catarina, é a 3ª maior. No ranking específico do setor de energia, é a 17ª maior empresa brasileira, a 2ª na região Sul e a 1ª no Estado.

3.1.2 Cia Paranaense de Energia – COPEL

Com base nas informações obtidas no próprio sítio da empresa (www.copel.com), será disposta uma breve explanação sobre a história da mesma.

Através do Decreto nº 14.947 de 26 de outubro de 1954, assinado por Bento Munhoz da Rocha Netto, o Governo Estadual criou a COPEL, tendo como base principal para a integralização de seu capital o Fundo Estadual de Eletrificação. A COPEL abriu seu capital ao mercado de ações em abril de 1994 (Bovespa) e tornou-se julho de 1997 a primeira empresa do setor elétrico brasileiro listada na Bolsa de Valores de Nova York - NYSE. Sua marca também está presente, desde junho de 2002, na Comunidade Econômica Européia, com seu ingresso na Latibex – o braço latino-americano da Bolsa de Valores de Madri.

A empresa procurou encontrar uma solução definitiva para o abastecimento de energia elétrica em larga escala durante a década de 1960. A entrada em operação em 1963 da Usina Termelétrica de Figueira (20 MW), no Norte Pioneiro, foi de fundamental importância para a implantação do Plano Estadual de Eletrificação, viabilizando os sistemas de interligação que beneficiaram as regiões Norte e Centro.

A COPEL é hoje a maior empresa do Paraná e tem 3,27 milhões de consumidores. O percentual de atendimento chega a praticamente 100% dos domicílios nas áreas urbanas e passa de 90% nas regiões rurais. O universo de consumidores ligados inclui 2,58 milhões de lares, 54 mil indústrias, 273 mil estabelecimentos comerciais e 327 mil propriedades rurais. Em média, a COPEL efetua mais de 70 mil novas ligações a cada ano.

A mesma fonte lista os prêmios recebidos pela empresa, sendo que alguns serão apresentados a seguir.

- Prêmio IASC – (2005) - Melhor Índice de Satisfação dos Clientes na Região Sul (distribuidoras com mais de quatrocentos mil consumidores);
- Revista Global Finance – (2005) - Melhor Companhia do Setor Elétrico e de Prestação de Serviços de Energia na América Latina – “The Best Global Companies”;
- Prêmio CIER de Qualidade e Satisfação dos Clientes - (2005) - 2o lugar (Categoria Prata), pela obtenção do segundo maior valor para o Índice de Satisfação do Cliente com a Qualidade Percebida na Pesquisa Regional CIER de Satisfação de Clientes 2005;
- 500 maiores empresas da América Latina – (2005, Revista América Economia) - a COPEL foi apontada entre as 500 maiores empresas América Latina no setor de eletricidade. Entre os critérios utilizados para classificar as empresas estão a receita, a variação do crescimento da receita, o patrimônio

líquido e o total de ativos. O ranking tem como base principal o volume de vendas/receitas em milhões de dólares, no ano de 2004. A COPEL ocupa o 183º lugar neste ranking;

➤ Maiores Empresas do Paraná – Grandes e Líderes – (2005, Revista Amanhã) - A avaliação do porte e resultados obtidos pelas empresas para a classificação na listagem foi feita pela empresa de auditoria independente Price Waterhouse & Coopers.

Verificou-se que a empresa COPEL não foi aclamada com nenhum prêmio de Responsabilidade Social durante o período analisado.

3.1.3 Cia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

A COELBA, de acordo com seu site (www.coelba.com.br), foi criada em 28 de março de 1960, com a missão de fornecer energia para a arrancada do desenvolvimento do Estado. Ao longo de sua trajetória, a empresa foi incorporando os serviços prestados pelas prefeituras e as demais concessionárias existentes, a exemplos da Companhia Elétrica Rio de Contas - CERC e a Companhia de Energia Elétrica da Bahia - CEEB.

A empresa foi privatizada no dia 31 de julho de 1997, em leilão realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, ao preço de R\$ 1,73 bilhões de reais. O consórcio Guarani S.A., composto pela empresa espanhola IBERDROLA, PREVI, BB Investimentos, Brasil CAP e BB Ações Price, foi o comprador e novo proprietário da COELBA. O Grupo IBERDROLA, com mais de cem anos de experiência no setor de energia, passou a ser responsável pela operação da COELBA.

Ao longo dos últimos anos, a COELBA vem promovendo mudanças nos seus processos, implantando novos sistemas comercial e empresarial e introduzindo novas tecnologias de ponta. A operação do sistema elétrico está sendo automatizada, proporcionando mais confiabilidade e qualidade ao fornecimento de energia.

A COELBA recebeu algumas importantes premiações em 2005, pelo reconhecimento ao profissionalismo e excelência de sua atuação:

- Convênio com a Empresa de Distribuição de Eletricidade de Angola (Edel) e a United States Energy Association (USEA): Transferência de Know – How para Angola em projetos de Eletrificação em Comunidades Carentes;
- Prêmio ABRADDEE – Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica: Melhor Gestão Econômico-Financeira e 2ª Lugar na Categoria Melhor Qualidade da Gestão;
- Guia Exame de Boa Cidadania Corporativa: Destaque no Projeto Agente COELBA – Categoria Relacionamento com Consumidores / Clientes;
- IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas: Selo IBASE de Responsabilidade Social – Reconhecimento pela transparência às suas ações e investimentos na área social;
- Agência Norte Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID): Reconhecimento como Modelo Mundial de Eletrificação em áreas carentes – Projeto Agente COELBA;

3.2 ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES

Neste tópico, serão analisadas as demonstrações divulgadas pelas empresas, tanto as demonstrações sociais quanto às econômicas com a finalidade de verificar seu curso de aproveitamento. Vale lembrar que as demonstrações sociais não são obrigatórias e sua padronização depende da finalidade da empresa em seu marketing social.

A análise somente poderá ser considerada se todos os valores estiverem corrigidos a uma determinada data, e essa atualização monetária será feita através do IGP-M, pois o índice utilizado para balizar os aumentos da energia elétrica e dos contratos de aluguéis. Na DRE e BS, será utilizada a metade da inflação de cada ano, com o intuito de se alcançar uma correção mais próxima da realidade.

Apesar da utilização deste método de atualização monetária, não será possível alcançar o valor exato, pois para isso seriam necessárias informações mais específicas. Mesmo com este empecilho, a integridade do trabalho não foi afetada, pois se pretende estudar a ocorrência da evolução dos resultados ao longo dos anos.

Os dados do IGP-M e os cálculos da atualização monetária são as seguintes:

Dados do IGP-M (<http://www.ademi-pe.com.br/indices/igp-m.html>):

- IGP-M acumulado de 2003 = 8,69%
- IGP-M acumulado de 2004 = 12,41%
- IGP-M acumulado de 2005 = 1,209%

Cálculo da Atualização Monetária da DRE e do BS:

2003: Valor atualizado = Valor base + Valor base * (IGP-M acumulado em 2003 / 2) * (IGP-M acumulado em 2004) * (IGP-M acumulado em 2005)

2004: Valor atualizado = Valor base + Valor base * (IGP-M acumulado em 2004 / 2) * (IGP-M acumulado em 2005)

2005: Valor atualizado = Valor base + Valor base * (IGP-M acumulado em 2005 / 2)

3.2.1 Centrais Elétricas de Santa Catarina S/A – CELESC

3.2.1.1 Balanço Social

A análise do balanço social se fundamenta na necessidade do usuário em compreender a política social seguida pela empresa. Verificar os projetos realizados para o bem estar de seus empregados ou para o meio em que está inserido, são fatores cada vez mais relevantes na hora de investir em uma empresa.

Para melhor analisar os balanços sociais, o estudo será feito por exercício social, ou seja, serão analisados os índices e seus reflexos em determinado ano.

No período compreendido entre 2002-2003, a CELESC S/A incorreu em redução de 2,34% nas Receitas Líquidas, que nesta análise servirá de alicerce para o cálculo dos demais índices. O Resultado Operacional passou de prejuízo de R\$601.294.000,00 em 2002, para lucros de R\$271.125.000,00 em 2003, devido ao prejuízo incorrido na Demonstração do Resultado do Exercício neste primeiro período. E, encerrando as informações dispostas na Base de Cálculo, a FPB indicou uma redução de 74,86%, o que explica a diminuição de 602 funcionários durante o período.

O gráfico 1 apresenta os investimentos sócio-ambientais realizados no ano de 2003. Vale ressaltar que o valor referente ao Indicador Social Externo não está incluso os valores pagos ao Governo sob forma de tributos, pois este não representa o retorno à empresa.

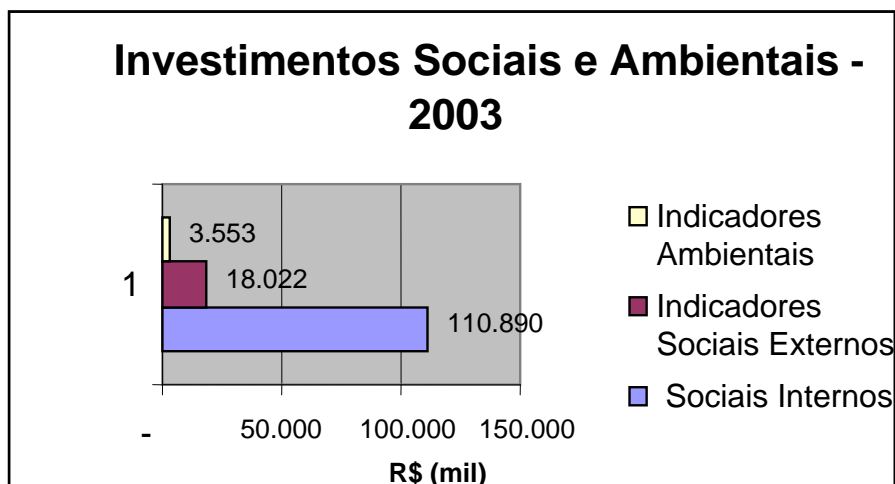


Gráfico 1 – Investimentos Sociais e Ambientais realizados em 2002-2003
 Fonte: sítio Bovespa (www.bovespa.com.br)

Verifica-se que no período de 2002-2003, os Indicadores Sociais Internos refletem os valores dispostos pela empresa no auxílio do bem estar dos funcionários. Percebe-se que o volume de investimentos nesta área apresentou estar em processo de decréscimo durante o período, uma vez que apresentou uma redução de 51%. As principais responsáveis pela considerável queda dos investimentos realizados nos Indicadores Sociais Internos são a Previdência Privada e a Saúde, que reduziram 80% e 79,50% respectivamente.

Os Indicadores Sociais Externos compreendem os gastos com tributos pagos ao Governo e com a sociedade, refletindo o grau de comprometimento da empresa para com a sociedade que a cerca. O crescimento do volume de recursos investidos na empresa durante este ano foi de 4,28%, sendo que os Tributos, Combate a Fome e Segurança Alimentar e os investimentos incluídos em Outros, apresentaram elevação durante o período. Por outro lado, investimentos em Educação, Cultura, Saúde e Saneamento, e Esportes apresentaram redução neste mesmo período.

Nota-se que os Investimentos Sociais Externos correspondem a 38% e 36% das Receitas Líquidas auferidas nos períodos de 2002 e 2003, respectivamente. Ressalta-se, porém que, na demonstração do balanço social, está incluso neste Indicador os gastos com tributos pagos ao Governo, sendo que este participa em 98,21% do total, enquanto que para a sociedade foram dispostos 1,8%.

Observa-se que houve crescimento do volume de recursos investidos pela empresa durante o período, num total de 4,28%, ocasionados por acréscimo nos itens Tributos (4,25%), Combate a Fome e Segurança Alimentar (que não obteve

recursos em 2002) e os outros investimentos incluídos em Outros (38,18%). Por outro lado, os seguintes itens apresentaram redução no período: Educação (93,15%), Cultura (62,66%), Saúde e Saneamento (96,06%) e Esportes (o qual não houve recursos destinados neste período).

O Indicador Ambiental reflete o quanto a empresa investe na recuperação e preservação do meio ambiente. Percebe-se que no período 2002-2003, não houve alteração considerável no total investido nesta área, apresentando 5,68% de aumento. Ressalta-se que em 2002 e 2003, nenhum investimento foi realizado em relação ao setor de produção ou operacional da empresa, transferindo-se todo o montante a programas externos, visando diminuir problemas ambientais.

Na análise de valores não monetários, observam-se nos Indicadores do Corpo Funcional da empresa que estão sendo criados novos pontos de serviços. Em 2003 há dificuldades em analisar se houve crescimento em todos os setores do corpo operacional da empresa em decorrência da não existência de todos os dados relacionados em 2002. Percebe-se que o número de funcionários existentes no final do período decaiu em 2003, redução esta que chegou a 14,24%. O número de admissões (que neste de período 2003 não fora admitido novos funcionários) e de mulheres trabalhando (24,96%) também apresentou redução.

Através do item Informações Relevantes quanto ao exercício da cidadania Empresarial, reconhece que a empresa distribui seus benefícios a todos empregados, tanto administrativos quanto operacional.

No que tange ao período compreendido entre 2003 e 2004, a Receita Líquida cresceu em 13,75% em 2004, enquanto o Resultado Operacional apresentou redução de 19,51%.

O gráfico 2 apresenta o quanto cada Indicador recebeu em investimentos no exercício social de 2004, ressaltando novamente a exclusão dos gastos com Tributos nos Indicadores Sociais Externos para a elaboração e melhor compreensão do mesmo.

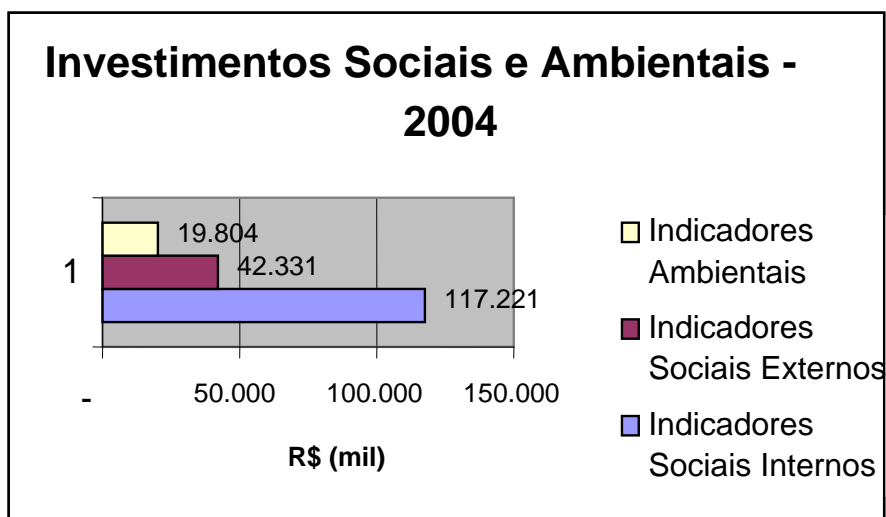


Gráfico 2 – Investimentos Sociais e Ambientais realizados em 2003-2004.
Fonte: sítio Bovespa (www.bovespa.com.br)

Os investimentos para o bem estar do seu corpo operacional, alcançou em 2004 o valor de R\$117.221.000,00, com 5,71% a mais de recursos. Deste, a maior variante é a Participação nos lucros ou resultados, que em 2004 distribuiu o total de R\$6.620.000,00 aos seus 3609 funcionários. Os Investimentos em Educação e Cultura também foram efetuados pela primeira vez em 2004, mas com valores muito inferiores, comparados ao total deste indicador.

Ao setor externo, ou seja, os investimentos realizados para o bem estar da comunidade na qual está inserida, foram destinados em 2004, 45,79% a mais de recursos do que no período anterior, e que em tributos, foram pagos 97,77% do total dos Indicadores Sociais Externos. Os investimentos para com a sociedade foram 135% superior em 2004, comparado a 2003, e tendo o item Outros apresentado acréscimo de 136% neste mesmo período.

Os investimentos realizados no setor ambiental cresceram 457,39% em 2004 comparados a 2003, sendo que o montante transferido para projetos externos foram os maiores responsáveis, pois passaram de R\$3.553.000,00 em 2003, para R\$19.804.000,00 em 2004. Neste mesmo ano, foram feitos investimentos na área interna da empresa, com ações relacionadas com a sua parte operacional, fato não ocorrido em 2003, quando nenhum valor foi destinado a esta finalidade.

Na análise não monetária da CELESC em 2004, o Indicador do Corpo Operacional da empresa apresentou redução de apenas 16 funcionários, apresentando ainda redução no número de empregados terceirizados (49,19%) e de

estagiários (28,51%). O número de funcionários com necessidades especiais, entretanto, cresceu em 200% neste mesmo período.

Na análise que abrange os períodos de 2004 e 2005, não ocorreram variações mais significativas nos valores expressos em sua Base de Cálculo, onde a maior alteração ocorreu com o Resultado Operacional, com 39,68%.

No gráfico 3, serão dispostos os valores recebidos referentes a investimentos sociais e ambientais realizados pela empresa. Os valores serão expressos em unidades monetárias e a partir destes, será utilizado análise de porcentagens.

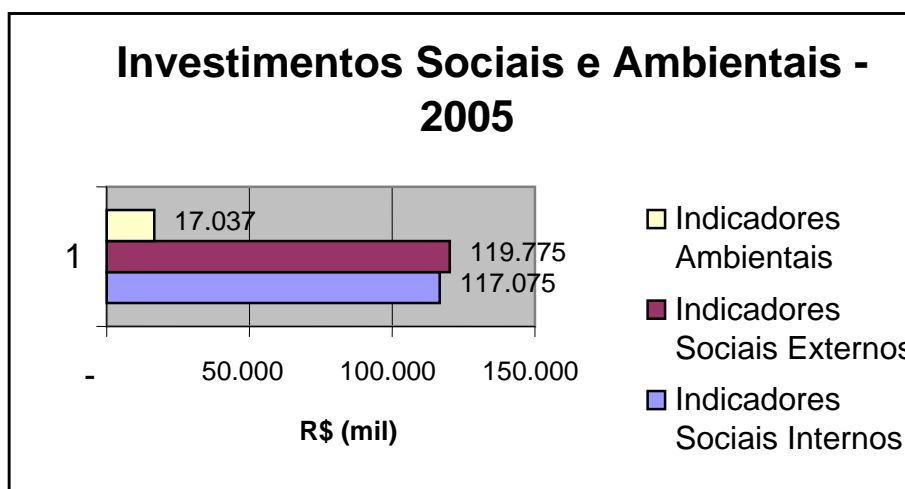


Gráfico 3 – Investimentos Sociais e Ambientais realizados em 2004-2005
Fonte: sítio Bovespa (www.bovespa.com.br)

Os investimentos sociais internos não apresentaram grande variação neste ano, sendo sua redução exposta em 0,51% entre os períodos de 2004 e 2005. Os gastos com Cultura (347,06%) e Alimentação (23,15%) apresentaram aumento neste período, enquanto os demais indicaram redução, como os Encargos Sociais Compulsórios, que reduziram 2,12%, e a Previdência Privada, com redução de 3,66% neste mesmo período, com maior atenção ao item Segurança e Medicina no Trabalho, com 37,34% menos investimentos que em 2004.

Os Investimentos Sociais Externos apresentaram acréscimo de 7,82% em 2005 comparados a 2004. Os gastos com a sociedade cresceram em 135% neste mesmo período, onde Educação apresentou elevação de 215%, Cultura apresentou 41%, Esporte com 2030% de acréscimo e Outros com 137% a mais do que o apresentado em 2004. O montante utilizado para quitar os tributos, cresceu neste ano 3,13%.

Os Investimentos Ambientais cresceram neste ano de 2005, 29,55% a mais do que em 2004, sendo que os investimentos com relação à produção da empresa

elevaram-se em 864%, enquanto os investimentos como projetos externos apresentaram aumento de 23,67% neste mesmo período.

Verifica-se que os valores não monetários contidos nos Indicadores do Corpo Funcional indicou que há 19 funcionários a menos do que o apresentado em 2004. O número de funcionários terceirizados reduziu em 203, e o número de portadores de necessidades especiais passou de 6 em 2004 para apenas 2 neste ano. O número de estagiários (1,19%), o de funcionários com idade igual ou superior a 45 anos (8,41%) e o de mulheres trabalhando na empresa (1%), apresentou aumento neste mesmo período.

3.2.1.2 Demonstração do Resultado do Exercício – DRE

A DRE nos dá uma visão de como a empresa se comportou durante certo período, que neste caso é de um ano. Nesta primeira parte será realizada análise vertical da DRE, evidenciando a importância de cada conta até a apuração do resultado do exercício.

3.2.1.2.1 Análise Vertical

Em 2003, os Custos de Bens e/ou Serviços Vendidos correspondeu a 68,77% do total de receitas líquidas do período, no qual está inserido dispêndios com salários do pessoal, energia elétrica comprada para revenda, custo de serviços prestados a terceiros, entre outros. As despesas operacionais totalizaram R\$554.870.000,00 ou 20,98%, onde deste valor, 35,16% foram consideradas despesas Gerais e Financeiras. O Resultado Operacional deste período equivale a 10,25%, o que significa que 89,75% das receitas foram consumidos no processo operacional da empresa.

As provisões e participações corresponderam juntas a 2,39% das receitas, ou seja, as tributações provisionadas e diferidas do Imposto de Renda e Contribuição Social constituíram apenas uma pequena parte da formação do resultado do exercício, que, no entanto resultou em 7,86%. Os altos índices de custos e despesas operacionais foram responsáveis por este percentual, pois abrangeu uma grande parcela do resultado do exercício, o que, mesmo levando em consideração as

limitações da empresa recomenda-se a inserção de uma política de redução de custos.

No exercício social de 2004, no entanto, os Custos de Bens e/ou Serviços Vendidos participaram com 66,66% das receitas. As Despesas Operacionais, que abrangem as despesas com o funcionamento da empresa, ficou com 26,08%, sendo que desta parcela, 47% foram lançados em Outras Despesas Operacionais. O Resultado Operacional deste período correspondeu a 7,25%, ou seja, em 2004 de cada R\$1,00 gerado como receita, R\$0,93 foi destinado a cobrir as operações cotidianas da empresa, um valor elevado para empresa de prestação de serviços públicos. Os impostos provisionados e diferidos no período totalizaram 2,01%, sendo que o Resultado do Exercício correspondeu em 7,6%, comparados a Receita Líquida deste período de 2004.

Para 2005, esses valores não apresentaram alteração significativa, iniciando com a participação de 66,15% dos Custos sobre as receitas. As Despesas Operacionais contribuíram com 23,8%, tendo participação neste valor Outras Despesas Operacionais, com 48,53%.

O total disposto em Resultado Operacional neste período foi de 10,06% do total das Receitas Líquidas, que em 2004 obteve 7,25%. Essa diferença decorreu na diminuição de aproximadamente 3% nas despesas operacionais. O Resultado não Operacional apresentou uma participação de 1,53%, enquanto os impostos provisionados e diferidos consomem 2,95% da Receita Líquida do período. O Resultado do Exercício representa apenas 6,93% do total de receitas, o menor índice entre os exercícios sociais analisados.

3.2.1.2.2 Análise Horizontal

Nesta segunda parte será realizada a análise horizontal da DRE da CELESC, onde estará sendo evidenciada a evolução de cada conta através dos períodos. E a partir desta análise podemos verificar que as receitas líquidas cresceram 14,57% de 2003 a 2005, caso explicado pelo possível aumento da demanda de seus serviços.

Os Custos dos Bens e/ou Serviços Vendidos, entre os anos de 2003 a 2005, cresceu em 10,19%, uma variação menor em 3,81% do que a apresentada pelas Receitas. Neste ponto, mostra que a empresa está se empenhando numa política de redução de seus custos, ocasionando no crescimento das Receitas Brutas. O

aumento desta conta foi de 21,43% em 2004 e, de 24,20% em 2005, ambos comparados a 2003.

A evolução das Despesas Operacionais alcançou 29,97% durante os três anos analisados, e somente em 2004 o crescimento abrangeu 41,44%. Deste aumento destacam-se as despesas com vendas, que passaram de R\$92.464.000,00 em 2003, para R\$203.876.000,00 em 2004, ou 120,49% de acréscimo. Outras Receitas/Despesas Operacionais cresceram em 216,53%, passando de R\$116.521.000,00 em prejuízos em 2004, para R\$368.820.000,00 também em prejuízo em 2003. Em 2005, a redução das Receitas/Despesas Operacionais foi de 8% em relação a 2004, sendo que as despesas financeiras participaram com 386,22%. As despesas com Vendas diminuíram em 35,05% em 2005, onde o maior responsável foi a conta Provisões, com 41,45%.

O Resultado não Operacional também apresentou uma variação bastante acentuada, alcançando 934,32% em 2005 comparados a 2003. Os Lucros/Prejuízos do Exercício correspondeu a 1,96% do valor apresentado em 2003. A Provisão para IR e Contribuição Social também apresentou aumento, sendo 32% em 2004 e 102,55% em 2005. A principal participação foi do Imposto de Renda, que passou de R\$27.061.000,00 em 2003 para R\$54.984.000,00 em 2005, com variação de 103,19%. Os Impostos Diferidos sofreu reversão durante este tempo, tendo em 2004, seu valor correspondido a 19,25% do apresentado em 2003.

3.2.2 Companhia Paranaense de Energia - COPEL

3.2.2.1 Balanço Social

A análise do balanço social da COPEL seguirá a mesma metodologia adotada para a empresa CELESC S/A. Neste primeiro momento, serão analisadas as variações incorridas no ano de 2003.

A Receita Líquida em 2003 apresentou aumento de 38,59% comparado a 2002, valor este explicado pelo crescimento da prestação do serviço prestado pela empresa. O Resultado Operacional, entretanto alcançou acréscimo de 263,96%, devido à ocorrência de prejuízo no exercício social de 2002.

Neste gráfico 4 estão inclusos os Investimentos Sócio-Ambientais que a empresa COPEL distribuiu neste exercício social de 2003. Nota-se que os valores

referentes aos Indicadores Sociais Externos, apresentam-se excluído os gastos com Tributos, pela justificativa de que estes valores não retornarão à empresa sob a forma de benefícios.

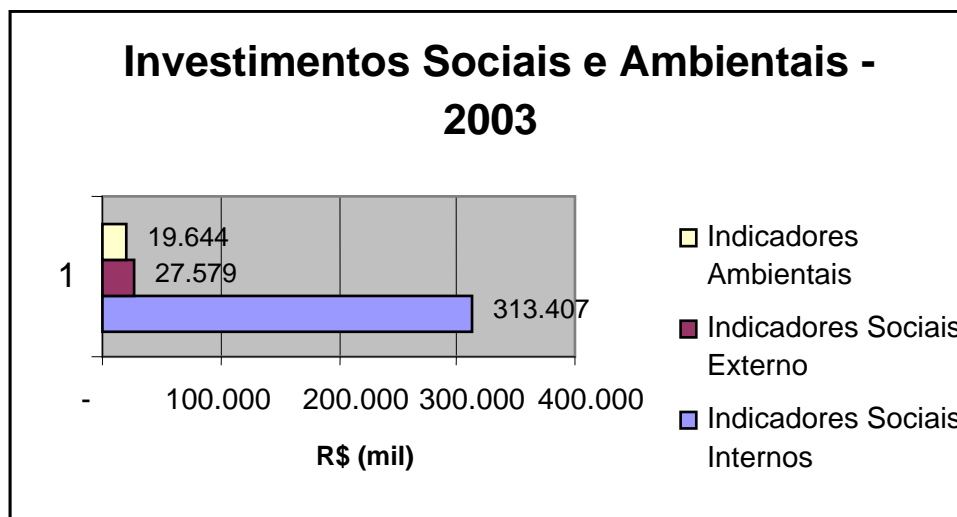


Gráfico 4 – Investimentos Sociais e Ambientais realizados em 2002-2003
 Fonte: sítio Bovespa (www.bovespa.com.br)

Verifica-se que no período de 2003, os valores dispostos em Indicadores Sociais Internos foram 4,23% inferiores ao apresentado em 2002. A Participação nos Lucros ou Resultados, que em 2002 não apresentou valores a serem distribuídos, incorreu na destinação de R\$19.785.000,00 em 2003. Com Segurança e Medicina no trabalho, houve acréscimo nos seus percentuais de participação em 2003, chegando a 56,89%. As demais contas nas quais são investidos benefícios ao bem estar dos funcionários da empresa, apresentaram redução no montante de seus investimentos, como em Cultura, que reduziu 75,98% comparado a 2002. Alimentação (10,18%), Saúde (1,53%), Encargos Sociais Compulsórios (13,36%), entre outros, apresentaram também redução no período, mas em menor escala.

Observa-se que os Investimentos Sociais Externos apresentaram em 2003, uma redução de 3,92%, sendo que o montante destinado à sociedade reduziu em 64,93% neste mesmo período, comparados a 2002. Assim como nos Indicadores Internos, a Cultura sofreu uma queda acentuada, com 91,88%, atrás apenas de Esportes, que obteve um corte de investimentos de 93,55%. Os investimentos classificados em Outros indicou redução de 72,17%, onde as Doações e Programas de Eletricidadania passaram de R\$1.405.000,00 em 2002 para R\$167.000,00 em 2003. Os demais Programas inclusos em Outros, apresentaram acréscimo em seus montantes, pois iniciaram suas operações em 2003, não havendo registros de

investimentos anteriores. O total dos tributos contribuiu com 98,53% do total do indicador, e apresentou uma redução de 1,37% comparada a 2002.

Os Indicadores Ambientais apresentaram aumento nos níveis de investimentos no período 2002-2003, sendo que os projetos relacionados com a operação da empresa cresceram em 16,32% neste período, especialmente o Programa Pesquisa e Desenvolvimento, Eficiência Energética e Desenvolvimento Tecnológico e Industrial, que indicou crescimento de 33,21%. O Programa Mono-Carvoeiro apresentou, por outro lado, redução de 97,83%. O Programa Rede Compacta ou Linha Verde iniciou suas operações em 2003, com um total de investimentos de R\$11.154.000,00. Os investimentos em programas externos apresentaram redução de 86,23%, especialmente em Educação Ambiental e Museu Regional Iguaçu, que em 2002 tinha investimentos de R\$226.000,00 e em 2003, o total foi de R\$12.000,00.

Na análise não monetária do balanço social da COPEL no período compreendido entre 2002-2003, os Indicadores do Corpo Funcional relatou que houve aumento de 436 do número de funcionários empregados em 2003, e que 56,86% possuem nível médio completo, e 82,14% são do sexo masculino. Das 1.124 mulheres participantes no quadro de funcionários, 1,33% possuem cargos de chefia.

Na análise efetuada no período de 2003-2004, as Receitas Líquidas apresentaram elevação de 16,73% de seu total, e os Resultados Operacionais, um acréscimo de 83,23% comparado a 2003.

No gráfico 5, serão dispostos os valores referentes aos investimentos Sócio-ambientais existentes no balanço social no período de 2004.

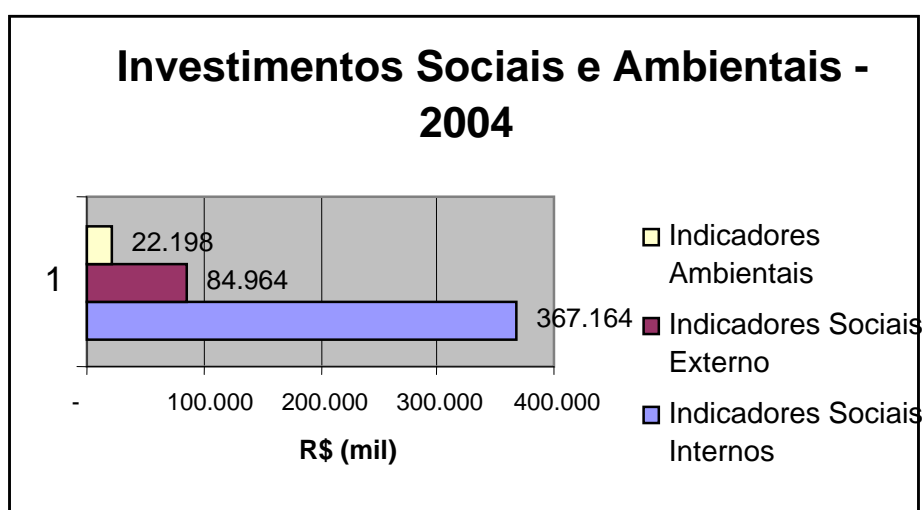


Gráfico 5 – Investimentos Sociais e Ambientais realizados em 2003-2004
 Fonte: sítio Bovespa (www.bovespa.com.br)

Os Indicadores Sociais Internos apresentaram elevação em seus valores de 15,46% a mais de recursos em 2004, comparados a 2003. Todos os itens pertencentes a este indicador, indicaram aumento neste período de 2003-2004, sendo que os mais expressivos foram os gastos com Educação, com 84,74%, e Segurança e Medicina do Trabalho, com 43,21%.

Percebe-se que os investimentos referentes ao Indicador Social Externo, apresentaram um crescimento de 23,05% em 2004, comparados a 2003. O total investido no bem estar da sociedade, cresceu 18,76%, onde Cultura representou um aumento de 191,11%. Saúde e Saneamento apresentou elevação de 59,69%, principalmente pelo aumento de investimentos no programa Luz Fraterna, que neste período de 2004 apresentou o montante de R\$29.147.000,00, com 319,08% a mais de recursos que em 2003. Por outro lado, os programas de Eletrificação Rural e Reassentamento de Famílias apresentaram redução, com 16,52% e 46,11% respectivamente. Os gastos com a quitação de Tributos participaram com 96,59% do total dos Indicadores Sociais Externos, e obtiveram acréscimo de 23,21% em 2004.

No que tange aos investimentos relacionados com as operações da empresa, que fazem parte dos Indicadores Ambientais, sofreram acréscimo de 10,96% durante o período de 2003-2004, principalmente pelo aumento em 162% no montante de investimentos em programas de proteção da fauna e flora. O programa Rede Compacta ou Linha Verde, entretanto, apresentou queda de 42,45% neste mesmo período. Os investimentos em projetos externos, apresentaram aumento em suas porcentagens em 1303%, onde o Programa Tributo ao Iguaçu obteve seu primeiro investimento neste ano de 2004, enquanto o projeto Educação Ambiental e Museu Regional Iguaçu alcançaram o percentual de 1041,94% de acréscimo, passando de R\$31.000,00 em 2003, para R\$435.000,00 em 2004.

Na análise dos Indicadores do Corpo Funcional, que apresentam valores não monetários, indicam que houve aumento de crescimento do quadro de funcionários em 460 empregados no período de 2003-2004, dos quais 57% possuem nível médio completo e 35,38% possuem nível superior ou participam de extensão universitária. Analisando a faixa etária de seus funcionários, sabe-se que 32,83% possuem mais que 45 anos de idade e 54,96% possuem entre 30 e 45 anos. Dos 6807 funcionários, 1227 são mulheres e que apenas 1,1% ocupam cargos de chefia.

Em 2005, a Base de Cálculo, que é representada através conta de Receitas Líquidas, Resultado Operacional, e Folha de Pagamento Bruta, apresentaram crescimento, sendo 9,97%, 7,84% e 5,76% respectivamente, comparados a 2004.

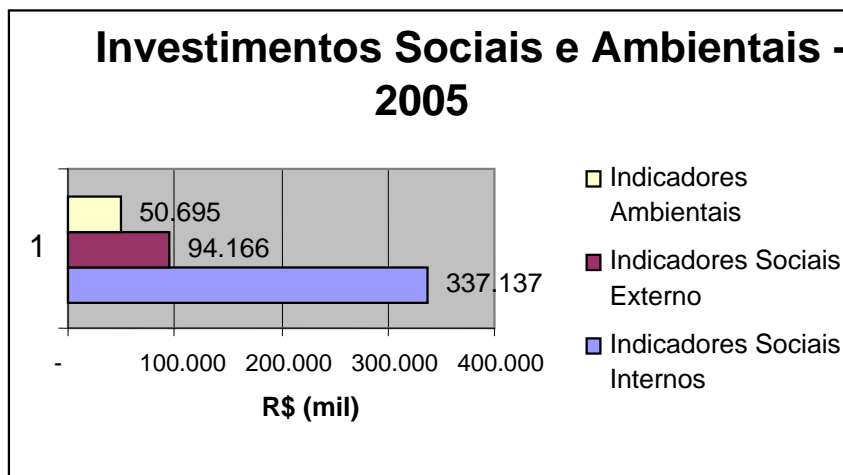


Gráfico 6 – Investimentos Sociais e Ambientais realizados em 2004-2005
Fonte: sítio Bovespa (www.bovespa.com.br)

No gráfico 6 estão dispostos os totais de Investimentos Sócio-ambientais realizados pela empresa no período de 2005. Ressalta-se novamente a exclusão dos valores pagos sob a forma tributos ao Governo, pelo motivo de não haver benefícios para a empresa.

Os Indicadores Sociais Internos representam o quanto a empresa está preocupada com a qualidade de vida do funcionário. Neste período compreendido entre 2004 e 2005, o montante disposto pela empresa para cobrir as necessidades dos seus empregados, reduziu em 8,93%, principalmente pela queda de 41,32% em Previdência Privada, 59,09% em Cultura e 17,21% em Educação. Já com Alimentação, Participação nos Lucros e Outros Benefícios apresentaram elevação em seus valores, com 2,58%, 56,81% e 204,16%, respectivamente.

Observa-se que os Indicadores Sociais Externos, entretanto, apresentaram aumento de 8,79% em 2005, com Saúde e Saneamento participando com 39,55%, e Esportes, que neste ano foram transferidos R\$45.000,00. Com Educação, Cultura e Outros foram destinados neste período, valores inferiores aos de 2004, com 42,05%, 5,70% e 57,51%, respectivamente. Os Tributos indicaram novo aumento em 2005, passando de R\$2.407.086.000,00 em 2004, para R\$2.617.218.000,00, um aumento expresso por 8,73%.

Nota-se que o total do montante investido nos Indicadores Ambientais em 2005, apresentou acréscimo de 77,26% comparados com 2004, com os investimentos relacionados com as operações da empresa crescendo em 133,57%. O total investido no Programa Pesquisa e Desenvolvimento, Eficiência Energética e Desenvolvimento Tecnológico e Indústria, apresentou um aumento de 271,33%, enquanto os programas Rede Compacta ou Linha Verde e Proteção da Fauna e Flora apresentaram redução de 92,69% e 37,74% respectivamente. Os totais investidos em projetos externos apresentaram redução de 83,18% em 2005, sendo que com o programa de Educação Ambiental e Museu Regional Iguaçu reduziu 85,84% o seu montante investido.

Houve neste período, um aumento de 964 funcionários no quadro de empregados da empresa, alcançando agora o total de 7775. Deste total, 57,79% possuem o nível médio completo, e 35,18% possuem o nível superior ou cursam programas de extensão universitária. Os demais possuem a escolaridade do nível fundamental. Analisando a faixa etária de seus funcionários, verifica-se que 19,88% têm idade inferior a 30 anos, 47,15% possuem de 30 a 45 anos, e 32,97% são maiores de 45 anos. As mulheres representam apenas 17,65% do total dos funcionários e, dentre estas, apenas 1,2% ocupam cargos de chefia. O número de trabalhadores portadores de deficiências especiais compreende apenas 0,94% do total empregado, e uma redução de 74,74% entre 2004 e 2005.

3.2.2.2 Demonstração do Resultado do Exercício

A análise desta demonstração servirá na tentativa de corroborar o crescimento da empresa COPEL.

3.2.2.2.1 Análise Vertical

O Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos em 2003 consumiu 95,44% do total das Receitas Líquidas de Serviços. Está incluída neste percentual a Energia Elétrica comprada para revenda, Pessoal, Transporte de Potência de Energia Elétrica, entre outros. As Despesas/Receitas Operacionais totalizaram R\$174.421.000,00 em receitas, nos quais as receitas financeiras auxiliaram em R\$190.258.000,00 ou 95,96% deste total.

O Resultado Operacional deste ano representou 90,26% do total das Receitas Líquidas, onde se entende que os gastos com as operações da empresa consumiram mais de 90% das Receitas auferidas pela empresa. A provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social e os mesmos diferidos correspondem 3,08% do total de Receitas Líquidas auferidas em 2003. Neste exercício social de 2003, a conta Lucros/Prejuízos do Exercício responde por apenas 5,53%, ou seja, de cada R\$1,00 auferido em Receitas Líquidas, R\$0,06 permaneceu na empresa através dos Lucros do Período.

No período de 2004, o Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos consumiu 84,67% da Receita Total de Vendas, uma redução de 11,28% na participação desta conta na Receita Total. Isso mostra que está havendo uma contenção de custos na empresa, de forma a amenizar o total de custos de 2003. As Despesas/Receitas Operacionais apresentaram um total de R\$1.655.000,00 em prejuízos, o equivalente a 0,04% do total do rendimento do período.

O Resultado Operacional consumiu 84,71% das receitas neste ano de 2004, e o Resultado não Operacional teve participação de 0,16%. A Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social corresponderam com 3,47%, enquanto o Imposto de Renda Diferido, 1,59% do total de Receitas Líquidas em 2004. Os Lucros do Exercício foram de R\$425.668.000,00, ou 9,53% do valor total da receita, significando que de cada R\$1,00 auferido em receitas, R\$0,10 foi mantido como lucro no período.

No exercício social de 2005, o consumo do Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos sobre as Receitas Líquidas foi de 83,11%, o menor percentual entre os anos pesquisados. As Despesas Operacionais compôs 1,89% das Receitas Líquidas, sendo deste montante, 85,35% formado pelas Despesas Financeiras, e o demais, pelo Resultado da Equivalência Patrimonial. Neste período, o Resultado Operacional consumiu 85,01% das receitas auferidas, ou seja, todo o processo operacional da empresa, todas as despesas incorridas para o melhor funcionamento da mesma consumiu R\$4.175.431.000,00 das receitas. A Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social foram responsáveis por 5,16% do total das receitas, enquanto o Lucro do Exercício obteve o total de R\$508.414.000,00, ou 10,35%, o valor mais elevado entre os três anos e também o maior percentual.

3.2.2.2 Análise Horizontal

A análise horizontal se objetiva em analisar a evolução de cada conta durante o período a ser estudado. As Receitas Líquidas obtiveram crescimento de 28% de 2003 a 2005. Esta informação demonstra o potencial que a empresa apresenta de crescimento, tanto que suas receitas cresceram em média de 14% ao ano. Os Custos de Bens e/ou Serviços Vendidos apresentaram um crescimento bastante inferior, o que nos leva a compreender o crescimento exorbitante apresentado pelo Resultado Bruto. Em 2004, enquanto os Custos cresceram em 4%, o Resultado Bruto sofreu aumento de 392% em relação a 2003. Em 2005, essa diferença, também em relação a 2003, foi ainda maior, sendo que os Custos evoluíram em 12% e o Resultado Bruto em 476%.

As Receitas/Despesas Operacionais seguiram pelo caminho inverso, tendo reduzido através dos anos. Em 2004, o valor desta conta apresentou uma redução de 120,78%, passando de R\$198.236.000,00 de receitas operacionais para R\$1.655.000,00 de despesas operacionais em 2004. As Receitas Financeiras foram grandes responsáveis pela redução apresentada na conta de Receitas/Despesas Operacionais, sendo que em 2004, o montante disposto foi o equivalente a 5,27% do apresentado em 2003. Em 2005, comparado com 2003, a redução foi de 141,75%, passando de R\$190.258.000,00 em Receita Financeira para R\$79.427.000,00 em Despesas Financeiras.

O Resultado da Equivalência Patrimonial também apresentou queda, alcançando em 2004 uma redução de 246,53%, fato repetido em 2005, quando a redução comparada a 2003, foi de 270,08%. O Resultado Operacional, em consequência do aumento das Receitas e da redução das Despesas, apresentou crescimento de 83% em 2004 e de 98% em 2005. O IR Diferida sofreu em 2004, uma redução de 272,72% e, em 2005, correspondeu a 28,42% em relação a 2003 e, de 174,35% em relação a 2004. Os Lucros/Prejuízos do Exercício, em 2004, apresentou acréscimo em 201,14%, e em 2005, acréscimo de 240,24% em comparação a 2003.

3.2.3 Cia Eletricidade da Bahia – COELBA

3.2.3.1 Balanço Social

O balanço social possui a função de transparecer aos seus mais diversos usuários a preocupação da empresa perante problemas sociais e ambientais existentes na sociedade. A demonstração apresentada pela COELBA, nos mostra que em 2003, as Receitas Líquidas reduziram em 1,54% comparados a 2002, o mesmo ocorrendo com a Folha de Pagamento Bruta, que reduziu 9,62% neste mesmo período. Por outro lado, o Resultado Operacional apresentou elevação de 66,79%, fato analisado na análise da DRE.

No gráfico 7 serão evidenciados os Investimentos Sócio-Ambientais realizados pela empresa COELBA no período de 2003. Ressalta-se ainda, a exclusão do montante pago ao Governo sob a forma de Tributos, devido ao fato de não haver retorno desses valores através de benefícios.

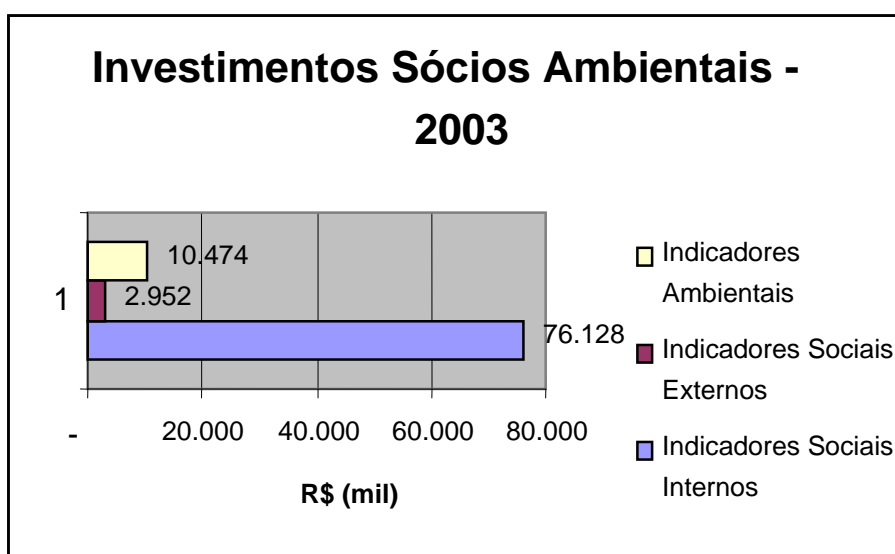


Gráfico 7 – Investimentos Sócio-Ambientais realizados em 2002-2003
Fonte: sítio Bovespa (www.bovespa.com.br)

Os indicadores Sociais Internos visam evidenciar como decorre a distribuição para o bem estar dos funcionários da empresa. Verifica-se que o total deste indicador demonstra que houve redução em 22,22% durante o período de 2002 a 2003, e que a maior redução, em termos percentuais foi a Segurança e Medicina no Trabalho, que apresentou redução de 73,94%. A Participação dos funcionários nos Lucros ou Resultados, gastos na Educação também apresentaram percentuais de

redução bastante acentuadas, com 58,09% e 40,14% respectivamente. Os demais itens classificadas neste indicador apresentaram redução nos valores de seus investimentos, que, comparados com a redução de funcionários ao final dos exercícios sociais, se torna plausível.

Os Indicadores Sociais Externos, assim como os Indicadores Sociais Internos, apresentaram redução, mas este de 1,30% no período compreendido entre 2002 e 2003. O total investido na sociedade reduziu em 23,36%, onde os gastos com Cultura reduziram em 53% e a conta Outros, apresentou queda de 79,99% em seus valores. Os Tributos destinados ao Governo apresentaram redução de 1,17% neste período.

No que tange aos investimentos destinados ao Meio Ambiente, estes reduziram em 34,17% em 2003 comparados a 2002, sendo que os projetos relacionados à operação da empresa receberam investimentos de R\$15.362.000,00 em 2002 e em 2003, passou a receber R\$10.094.000,00. Aos projetos ou programas externos, a empresa investiu 30,78% a menos do que em 2002, resultando na redução total dos investimentos deste indicador.

Assim como os demais Indicadores já analisados neste ano de 2003, o Indicador do Corpo Funcional também apresentou redução em seu quadro de funcionários. O número de funcionários contratados caiu em 34 funcionários em 2003. O número de estagiários também apresentou redução, no total foram 96,77%, ou seja, o quadro de funcionários indicou redução em 4373 estagiários a menos em 2003. O número de funcionários com faixa etária superior a 45 anos de idade aumentou em 138 e o número de mulheres equivale a 22,89% do total de funcionários, e destas, 13,95% ocupam cargos de chefia.

No exercício social 2004, as informações apresentadas no Balanço Social da COELBA indicam que houve evolução nas operações da empresa, fato percebido na Base de Cálculo, principalmente pelo Resultado Operacional que apresentou aumento de 80%.

No gráfico 8 estão dispostos os investimentos sociais e ambientais realizados pela empresa no exercício social de 2004.

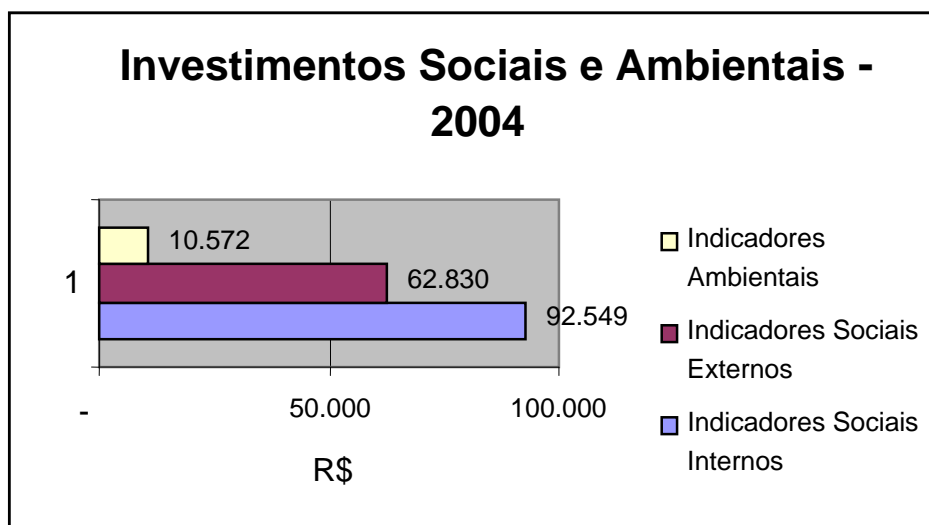


Gráfico 8 – Investimentos Sócio-Ambientais realizados em 2003-2004
 Fonte: sítio da Bovespa (www.bovespa.com.br)

O total dos investimentos realizados nos Indicadores Sociais Internos representa em 2004, 21,57% a mais do que 2003, principalmente pela elevação dos recursos destinados em Segurança e Medicina no Trabalho, com 585,82%, e Incentivo a Aposentadoria, com 378,40% maior que no ano anterior. Os gastos com Saúde e Alimentação, por outro lado, representam redução neste período, de 21,81% e 8,37% respectivamente. No entanto, Auxílio-creche, Esportes e Outros, obtiveram seus primeiros recursos destinados neste período.

Observa-se, no entanto, que os investimentos destinados à sociedade na qual a empresa está inserida, cresceram em 282,08% em 2004, sendo que Educação passou a receber 9,82% a mais de verbas que em 2003, em projetos como Menor Aprendiz, SOS Energia, entre outros. Ao Desenvolvimento Social, foram destinados R\$39.005,00, distribuídos em ações como Luz no Campo e Universalização, ações estas que não faziam parte da distribuição dos recursos no exercício social anterior. Com Cultura, foram distribuídos 261,13% a mais, com Projetos Faz Cultura e a Lei Rouanet. Para o Governo, foram destinados 28,94% a mais de recursos do que 2003, e este montante representam 92,97% do total destinado ao Indicador Social Externo.

Ao Indicador Ambiental, foram destinados em 2004 R\$10.572.000,00, sendo que deste total 97,52% foram distribuídos aos projetos relacionados com a operação da empresa, especialmente em projetos como Manejo da Vegetação, Redes Ecológicas e Licenciamento Ambiental, tendo principalmente a participação do item Outros, que em 2003 possuía R\$73.000,00 e passou para R\$2.672.000,00 em 2004.

Aos projetos externos, foram investidos apenas R\$262,00 ou 2,48% do total do Indicador Ambiental.

Analisando o Indicador do Corpo Funcional, verifica-se que o número de funcionários reduziu em 76 no ano de 2004, sendo que o número de empregados terceirizados chegou a 5000, ou 38,08% a mais que 2003. Os estagiários, que já apresentaram queda no quadro de funcionários em 2003, voltaram a reduzir em 2004, alcançando o total de 106. As mulheres representam 21,90% do total dos funcionários, e 18,05% delas ocupam cargos de chefia na empresa.

No período que compreende os anos de 2004 e 2005, as Receitas Líquidas apresentaram 16,36% de acréscimo, devido ao aumento da demanda de serviços ocorridos na empresa. A Receita Operacional elevou seu índice em 136,25%, passando de R\$287.446.000,00 em 2004 para R\$687.705.000,00 neste período, sendo esta informação encontrada na DRE da COELBA em 31/12/2005.

No gráfico 9, serão transcritos os valores referentes aos investimentos sócio-ambientais realizados pela empresa no exercício social de 2005.

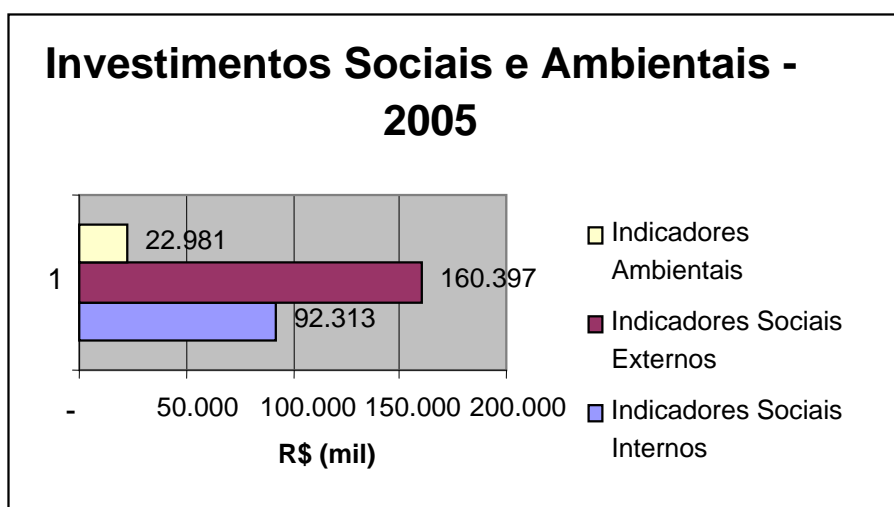


Gráfico 9 – Investimentos Sociais e Ambientais realizados em 2004-2005
 Fonte: sítio da Bovespa (www.bovespa.com.br)

Observa-se que na análise dos Indicadores Sociais Internos durante o período de 2004 e 2005, os benefícios como o Auxílio Creche elevou-se em 754,55% neste período, enquanto a Capacitação e Desenvolvimento Profissional cresceram em 192,47%. Gastos como Saúde, Alimentação, Encargos Sociais Compulsórios e Previdência Privada, apresentaram redução no montante investido, sendo esta última, 30,76% menor do que 2004. Com Cultura, que em 2004 foi

efetuado investimentos, em 2005 não houve indícios de distribuição para o incentivo da mesma.

Nota-se que aos Indicadores Sociais Externo, foram distribuídos, em 2005, 64,94% a mais de recursos do que o indicado em 2004, sendo que os investimentos dedicados a sociedade elevaram-se em 198,82%, considerando o aumento em 272,70% em Desenvolvimento Social e 53,67% com Cultura. Com Educação, Saúde e Saneamento e Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico, entretanto, apresentaram redução de seus valores, com destaque para Saúde e Saneamento, com redução de 64,42%. Os Tributos pertencentes ao Governo aumentaram 56,28% comparado a 2004, passando de R\$830.330.000,00 para R\$1.297.677.000,00.

O Indicador Ambiental apresentou, em 2005, aumento em seus investimentos de 16,51% comparados a 2004, principalmente em projetos internos, que obtiveram aumento de 93,86%. Destes projetos, destacam-se as Redes Ecológicas com 339,94% de evolução e Outros, nas quais estão incluídas várias ações com valores menores, que apresentou 33,31% de acréscimo. Aos programas externos, neste mesmo período, foram reduzidos os investimentos em 68,20%, principalmente com a redução de 69,86% no projeto de Conservação de Energia.

Analisando os valores não monetários inclusos no balanço social, o Indicador do Corpo Funcional demonstra que neste período de 2004 a 2005, o número de funcionários portadores de deficiência ou necessidades especiais diminuiu em 78%, passando de 141 em 2004 para 31 em 2005. O número de empregados terceirizados aumentou em 1997, de estagiários em 40 e os funcionários com faixa etária acima de 45 anos alcançaram 130 a mais que em 2005.

3.2.3.2 Demonstração do Resultado do Exercício

3.2.3.2.1 Análise Vertical

No exercício social de 2003, a participação dos Custos de Bens e Serviços sobre o total das Receitas Líquidas foi de 62,79%. Neste percentual, estão incluídos gastos com Energia Elétrica Comprada para Revenda, Pessoal, Serviços de Terceiros, Tributos, entre outros. As Despesas Operacionais foram responsáveis por outros 29,62% do total da receita, onde as despesas financeiras contribuíram com 56,70% do total.

O Resultado Operacional representam apenas 7,59% do total da receitas líquidas auferidas no período, o que significa que para o bom funcionamento da empresa, foram necessários 92,41% das receitas auferidas. O Imposto de Renda Diferido teve participação de 1,11%, enquanto a Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social participa em 0,52%. A Reversão dos Juros sobre Capital Próprio foi de R\$84.569.000,00 ou 3,84%, resultando na conta Lucros/Prejuízos do Exercício em 9,31% do total das receitas, ou seja, de cada R\$1,00 em receitas, R\$0,09 ficou na empresa, através de reservas ou dividendos a destinar.

No período de 2004, os Custos de Bens e/ou Serviços Vendidos participaram em 61,77%. As Despesas/Receitas Operacionais representaram 26%, onde a principal responsável por este percentual foram as despesas financeiras, que totalizaram R\$335.426.000,00 ou 62,45% do total das despesas operacionais.

O Resultado Operacional indicou que 87,77% do total das receitas foram empregadas para garantir o bom funcionamento do setor operacional, ou seja, o total resultante nesta conta é de R\$287.446.000,00. O Imposto de Renda Diferido e a Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social juntos, equivaleram a 4,95% das receitas deste período de 2004. A Reversão dos Juros sobre Capital Próprio foi de R\$162.691.000,00 ou 6,92% e o Lucro/Prejuízo do Exercício resultou em 16,66% do total das receitas auferidas em 2004, com um valor de R\$391.554.000,00.

No ano de 2005, os Custos de Bens e/ou Serviços Vendidos, representaram 53,36%, ou seja, mais da metade de suas receitas líquidas são utilizadas para colocar no mercado seus produtos. Para as Despesas/Receitas Operacionais foram utilizados 21,49% das receitas, dentre as quais as receitas financeiras participam com 60,17%, as despesas gerais e administrativas com 27,43% e as despesas com vendas representam 22,40%, já o Resultado da Equivalência Patrimonial é classificada como uma receita, com participação de 10%. O Resultado Operacional deste exercício social é equivalente a 25,15% do total das receitas líquidas do período.

Neste exercício social de 2005, a Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social, representou 5,05% enquanto o Imposto de Renda Diferido com 4%. A Reversão dos Juros sobre Capital Próprio equivale a 5,70% do total das receitas do período e os Lucros/Prejuízos do Exercício alcançou o montante de R\$588.428.000,00, num total de 21,52% das receitas, ou seja, para cada R\$1,00

auferido em receitas, R\$0,22 foram mantidos na empresa para a formação de reservas.

3.2.3.2.2 Análise Horizontal

A importância em se efetuar uma análise horizontal é a possibilidade de verificar se está havendo desenvolvimento nas operações da empresa. As Receitas Líquidas de Vendas e/ou Serviços, apresentou em 2004 um aumento de 7% em relação ao ano anterior, e em 2005 a diferença com 2003, foi de 24%. Os Custos de Bens e/ou Serviços Vendidos em 2004, cresceu em 5% e em 2005, alcançou 6% comparados a 2003. Essa diferença entre o crescimento das receitas e dos custos, ilustra o aumento do Resultado Bruto, que representa a diferença entre os dois. Sua evolução foi de 10% em 2004 e de 56% em 2005, ambos tomando como base o exercício social de 2003.

As Despesas/Receitas Operacionais apresentaram uma redução pouco acentuada, com 6,32% em 2004 e 9,91% em 2005. Deste, as despesas gerais e administrativas são as que apresentaram a menor redução, alcançando 97% em 2005 do valor apresentado em 2003. O Resultado da Equivalência Patrimonial, entretanto aumentou 170% em 2004, passando de R\$39.005.000,00 para R\$105.212.000,00 e, em 2005, este valor passou para R\$58.793.000,00, 44,12% menor do que o ano anterior.

O Resultado Operacional alcançou em 2004, um percentual 72% maior do que em 2003, e no ano de 2005, este crescimento teve seu ápice com 311%, devido à diminuição das despesas durante o ano. O Resultado Não Operacional, em 2004, acresceu 626% passando de prejuízo em R\$11.023.000,00 para lucro em R\$57.930.000,00 e, em 2005 sofreu uma queda tão abrupta quanto à apresentada em 2004, passando novamente a obter prejuízo em R\$7.604.000,00. A Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social, apresentou aumento de 481% em 2004 e, em 2005, alcançou o percentual de 1117% superior a 2003. O Imposto de Renda Diferido foi em 2004, 154% maior do que o apresentado no ano anterior, e em 2005, o acréscimo, comparado ainda a 2003, foi de 349%.

A Reversão dos Juros sobre Capital Próprio cresceram em 92% e 84% respectivamente em 2004 e 2005, ambos comparados a 2003. A evolução dos Lucros/Prejuízos do Exercício pode ser analisada pelo aumento apresentado pelas

receitas ao longo dos anos, e pela redução de algumas despesas. Em 2004, esta conta obteve acréscimo de 91%, contando que as receitas líquidas deste período apresentaram aumento de apenas 7%. Em 2005, essa evolução foi de 187% comparado a 2003 e, neste mesmo ano, foi apresentado acréscimo de apenas 24% nas receitas desse exercício social, indicando redução nas contas de despesas ao longo dos anos.

3.3.1 RESUMO DA ANÁLISE DO SETOR DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE ENERGIA

Será realizado neste sub-capítulo uma análise do conjunto das empresas do setor de prestação de serviços públicos de energia, na qual se pretende avaliar a ocorrência de aumento do volume realizado em cada indicador específico. As empresas constantes nesta amostra do setor limitam-se as analisadas neste estudo multi-casos, incluindo a CELESC, COPEL e COELBA.

3.3.1.1 Indicadores Sociais Internos

Verifica-se que no período de 2003, o total investido nos Indicadores Sociais Internos contidos nos balanços sociais das empresas CELESC, COPEL e COELBA, acumularam o montante de R\$ 500.425.000,00. O total investido neste indicador, correspondeu a 5,85% do total das Receitas Líquidas auferidas neste exercício social. Desponta-se pelo total investido, a empresa COPEL, com investimentos referentes a 62,63% do valor destinado ao Indicador Social Interno. Neste período, percebe-se que os Encargos Sociais Compulsórios consomem a maior parcela disposta a este Indicador, num total de 45,56%, representando 2,68% do total das Receitas Líquidas do período, demonstrando que o principal investimento neste período decorre de obrigações para com os empregados.

No gráfico 10 está representado o total dos investimentos realizados que visam beneficiar os funcionários das empresas, representados como Indicadores Sociais Internos.

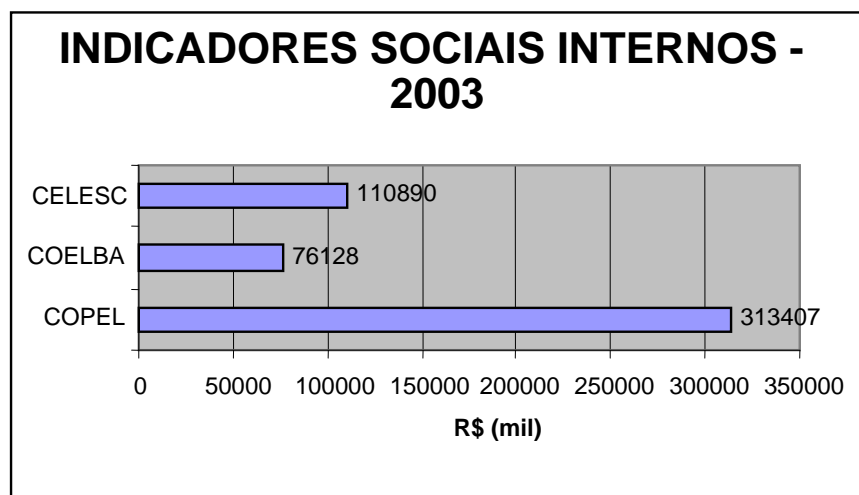


Gráfico 10 – Investimentos do setor de prestação de serviços públicos de energia elétrica nos indicadores sociais internos em 2003.

Fonte: sítio da Bovespa (www.bovespa.com.br)

Percebe-se também que, no período de 2004, os investimentos realizados pelo setor das empresas prestadoras de serviço público de energia elétrica totalizaram o montante de R\$576.934.000,00, onde se destaca novamente a empresa COPEL, que neste período foi responsável por 63,64% do total investido no Indicador Social Internos. O item Encargos Social Compulsórios repetiu neste período de 2004, a maior participação no total investido neste indicador pelas empresas analisadas, com 42,42%, seguido pela Previdência Privada, benefício dado aos funcionários como auxílio nos planos de aposentadoria, que neste período representou 27,72%. Analisando por outro ponto de vista, este indicador compreendeu o total de 5,87% das Receitas Líquidas auferidas em 2004, demonstrando que as empresas mantiveram seus investimentos num mesmo patamar durante os exercícios social analisados.

O gráfico 11 disposto a seguir, refere-se aos investimentos realizados pelas empresas, nos Indicadores Sociais Internos no exercício social de 2004

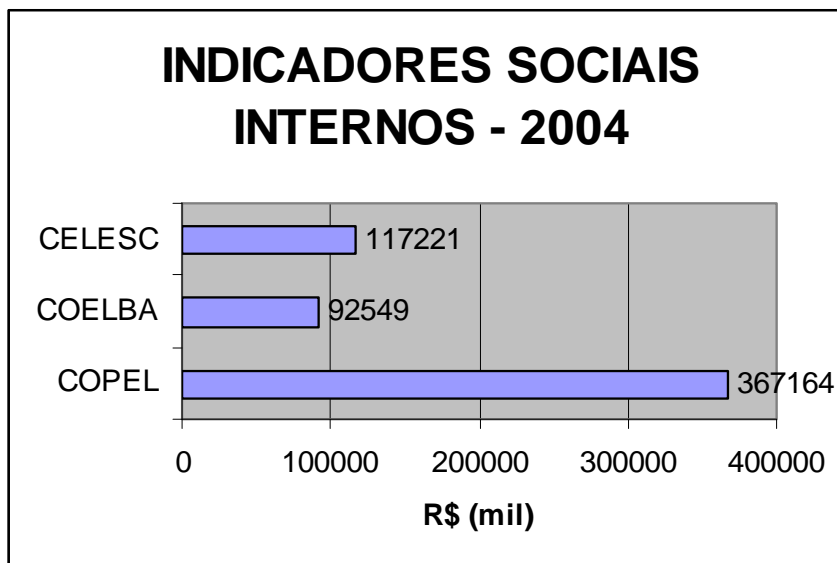


Gráfico 11 - Investimentos do setor de prestação de serviços públicos de energia elétrica nos indicadores sociais internos em 2004.

Fonte: sítio da Bovespa (www.bovespa.com.br)

Nota-se que no período de 2005, a empresa COPEL desempenhou, pelo terceiro ano seguido, uma posição de destaque perante as demais empresas, participando com 61,69% do total de R\$546.525.000,00 investidos nos Indicadores Sociais Internos. A CELESC, no entanto absorveu 21,42% seguido pela COELBA, com 16,89%. Neste exercício social, a participação dos Encargos Sociais Compulsórios, que por sua característica consumiu novamente a maior parcela do total do indicador, foi de 46,12%, e a participação dos funcionários no resultado do exercício foi de 11,26%, ou R\$61.534.000,00. Esses valores, comparados as Receitas Líquidas auferidas neste ano, representam 2,36% e 0,58% respectivamente. O total deste indicador corresponde a 5,12% do total das Receitas Líquidas do período.

O gráfico 12 demonstra o total de investimentos realizados pelas empresas nos Indicadores Sociais Internos referentes ao exercício social de 2005.

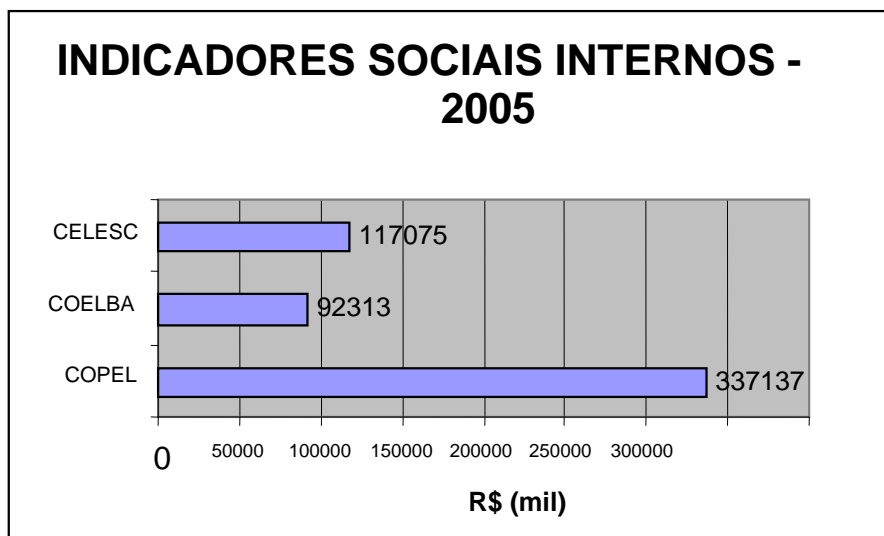


Gráfico 12 - Investimentos do setor de prestação de serviços públicos de energia elétrica nos indicadores sociais internos em 2005.

Fonte: sítio da Bovespa (www.bovespa.com.br)

Na evolução dos valores dispostos nos Indicadores Sociais Internos durante o período de 2003 a 2005, percebe-se que em 2004, houve crescimento de 15,29% comparados com os investimentos realizados em 2003. Em 2005, comparado se com o exercício social de 2004, este indicador apresentou variação negativa de 5,27%. Para melhor se analisar este indicador, deve-se levar em consideração o número total de funcionários existentes ao final de cada exercício social, e a partir desta informação, avaliar se o valor distribuído a cada funcionário está realmente elevando-se.

Empresas	Número de Funcionários		
	2003	2004	2005
CELESC	3625	3609	3590
COELBA	2848	2772	2776
COPEL	6293	6807	7775
Total	12766	13188	14141

Tabela 5 – Número de Funcionários existentes ao final dos exercícios sociais em cada empresa

Observa-se que a empresa COPEL possui o maior número de funcionários contratados, resultando num maior investimento neste setor. Partindo do princípio de que a característica máxima deste indicador é o bem estar de seus funcionários, vale então, não apenas avaliar a evolução em seus valores monetários, mas compará-los com a evolução do número total de funcionários. No período de 2003, o total

investido por funcionário foi de R\$39.200,00. Em 2004, cada funcionário recebeu como benefício o montante de R\$43750,00 incluindo alimentação, gastos com saúde, auxílio-creche, entre outros. Em 2005, no entanto, cada funcionário recebeu apenas R\$38.650,00.

Percebe-se então, que o total investido neste indicador durante o período analisado de 2003 a 2005, incorreu em redução de 1,40% em benefícios por funcionários.

3.3.1.2 Indicadores Sociais Externos

Percebe-se que no exercício social de 2003 o total de recursos investidos pelas empresas prestadoras de serviço público de energia elétrica alcançou o montante de R\$48.553.000,00, sendo que a participação mais significativa adveio da empresa COPEL, com 56,80% do total. Os investimentos inclusos no Indicador Social Externo seguem a prerrogativa de beneficiarem a comunidade na qual está inserida, e podem ser divididas em itens como Educação, Cultura, Esporte, entre outros a ser definidos pelas empresas.

O gráfico 13 reproduz o total investido pelas empresas em benefício às comunidades nas quais as mesmas fazem parte.



Gráfico 13 - Investimentos do setor de prestação de serviços públicos de energia elétrica nos indicadores sociais externos em 2003.

Fonte: sítio da Bovespa (www.bovespa.com.br)

Com referência ao Indicador Social Externo, foi excluído desta análise o total distribuído sob a forma de Tributos ao governo, com a justificativa de que este valor não trará benefícios para a empresa.

No período de 2004, o total de investimentos no Indicador Social Externo foi de R\$190.125.000,00, um aumento de 291,58% comparado com o período de 2003. Destaca-se neste período, a empresa COELBA, que com uma elevação de 2028,39%, participou com 33,05% do total deste Indicador ao final de 2004. A razão do acréscimo decorre não somente pelo aumento monetário, mas na criação de novas ações sociais nas quais as empresas passaram a se empenhar. A COELBA, por exemplo, que em 2003 possuía em seu balanço social apenas 4 (quatro) itens em destaque nos Indicadores Sociais Externos, em 2004 passou para 7 (sete).

O gráfico 14 reflete os investimentos realizados pelas empresas do setor de prestação de serviços públicos de energia elétrica, nos Indicadores Sociais Externos no período de 2004.

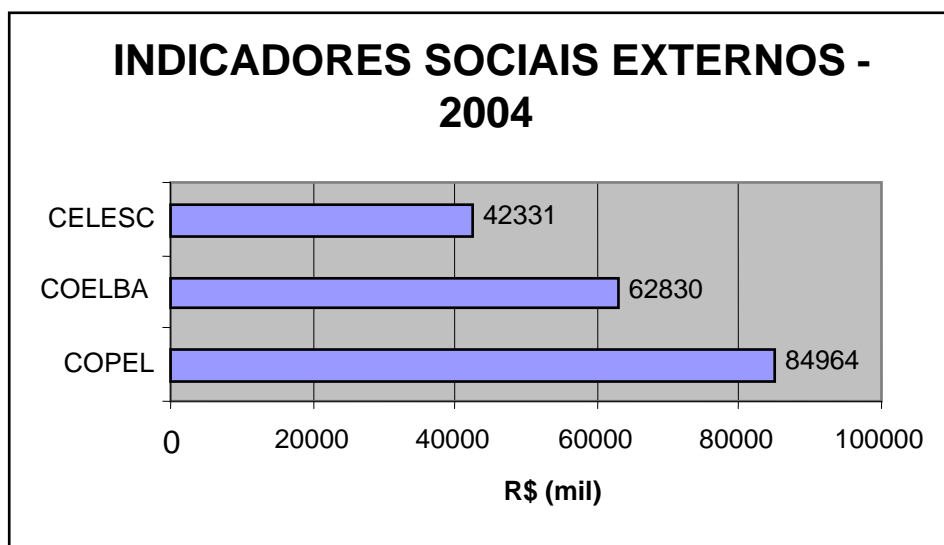


Gráfico 14 - Investimentos do setor de prestação de serviços públicos de energia elétrica nos indicadores sociais externos em 2004.

Fonte: sítio da Bovespa (www.bovespa.com.br)

No que tange o exercício social de 2005, o montante disposto pelas empresas do setor de prestação de serviços públicos de energia elétrica, somou o total de R\$374.338.000,00, uma variação positiva de 96,89% comparados a 2004. As variações apresentadas pelas empresas são positivas, destacando-se a CELESC, que neste período obteve 32% do total deste indicador.

No gráfico 15 estão relatados os valores dispostos pelas empresas em investimentos realizados nos Indicadores Sociais Externos em 2005.

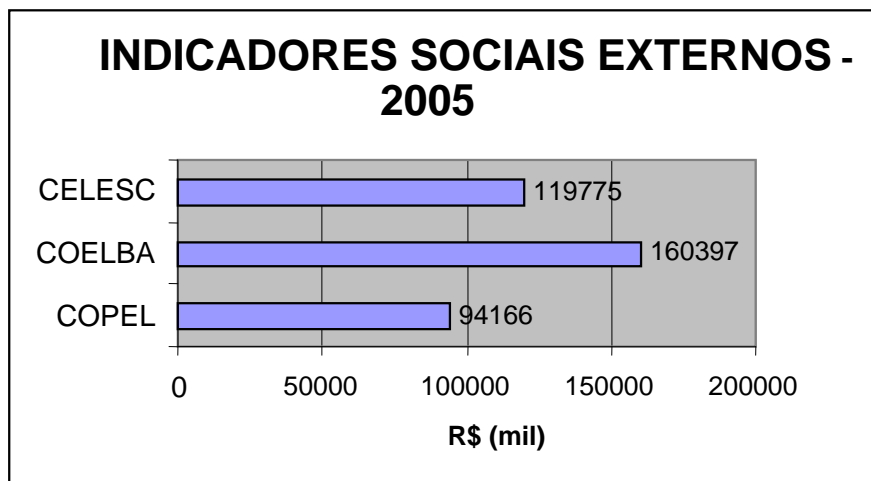


Gráfico 15 - Investimentos do setor de prestação de serviços públicos de energia elétrica nos indicadores sociais externos em 2005.

Fonte: sítio da Bovespa (www.bovespa.com.br)

Durante o período analisado, percebe-se que houve crescimento neste indicador de 671%, uma variação bastante acentuada para um período curto, de apenas 3 (três) exercícios sociais. O que demonstra haver neste setor, preocupação para com a sociedade na qual está inserida, interessando-se pela qualidade da educação dos jovens e adultos, cultura, e em setores que elevam a qualidade da vida das pessoas. A participação deste indicador na Receita Líquida foi de 3,51%.

3.3.1.3 Indicadores Ambientais

Com referência aos Indicadores Ambientais, estão dispostos neste indicador os valores que beneficiam o meio ambiente, seja ações como reflorestamento, educação ambiental ou a utilização de combustíveis não poluentes.

Em 2003, o total disposto neste indicador foi de R\$33.671.000,00, onde a COPEL representou 58,34% deste total. Os investimentos são divididos em ações internas e externas, e neste período de 2003, 88,23% são destinados ao setor interno, considerando que neste exercício social, a empresa CELESC não apresentou registros de investimentos nesta área.

No gráfico 16 reflete os totais investidos nos Indicadores Ambientais no exercício social de 2003.

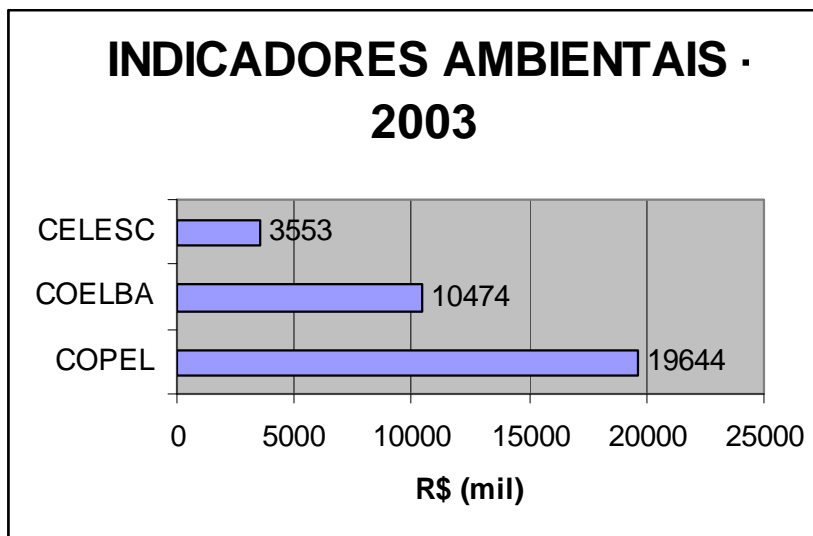


Gráfico 16 - Investimentos do setor de prestação de serviços públicos de energia elétrica nos indicadores ambientais em 2003.

Fonte: sítio da Bovespa (www.bovespa.com.br)

Em referência ao período de 2004, houve crescimento em 56,14% comparado com o exercício social de 2003, destacando-se a empresa CELESC, que neste período investiu 457,39% a mais de recursos em ações externas de preservação do meio-ambiente. Neste mesmo período, as ações internas como Proteção a Fauna e Flora, Manejo da Vegetação, Licenciamento Ambiental, foram responsáveis por 38,93% do total destinado aos Indicadores Ambientais.

O gráfico 17, estão dispostos os totais investidos nos Indicadores Ambientais pelas empresas do setor de prestação de serviços públicos de energia elétrica em 2004

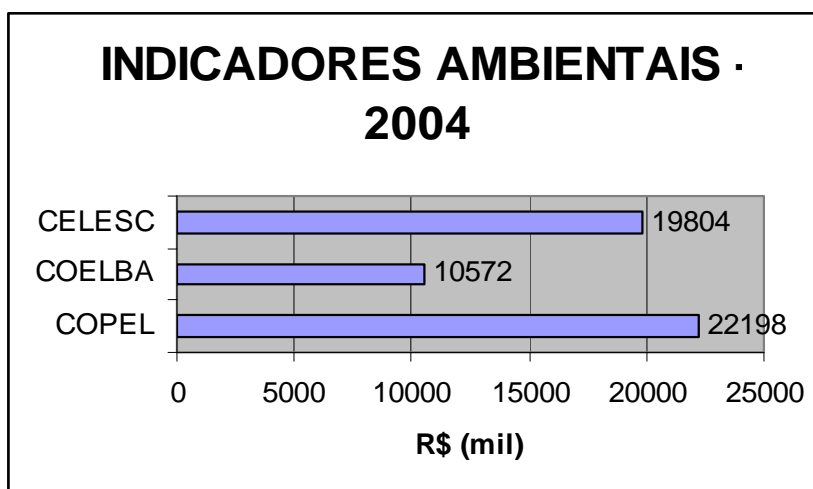


Gráfico 17 - Investimentos do setor de prestação de serviços públicos de energia elétrica nos indicadores ambientais em 2004.

Fonte: sítio da Bovespa (www.bovespa.com.br)

Verifica-se também, que no exercício social de 2005, houve crescimento em 72,54% comparados com os valores de 2004. Neste período as empresas COPEL e COELBA apresentaram acréscimo de 128,38% e 117,38% respectivamente neste indicador, contrastando com a redução de R\$13,97%, apresentado pela empresa CELESC neste mesmo período. A maior parcela do total investido nos Indicadores Ambientais foi destinada aos investimentos relacionados com as operações da empresa, que neste período de 2005 representou 77,52%, sendo realizados projetos como a Gestão de Resíduos, Redes Ecológicas, entre outros.

O gráfico 18 reflete os investimentos realizados nos Indicadores Ambientais pelas empresas CELESC, COPEL E COELBA, no exercício social de 2005.

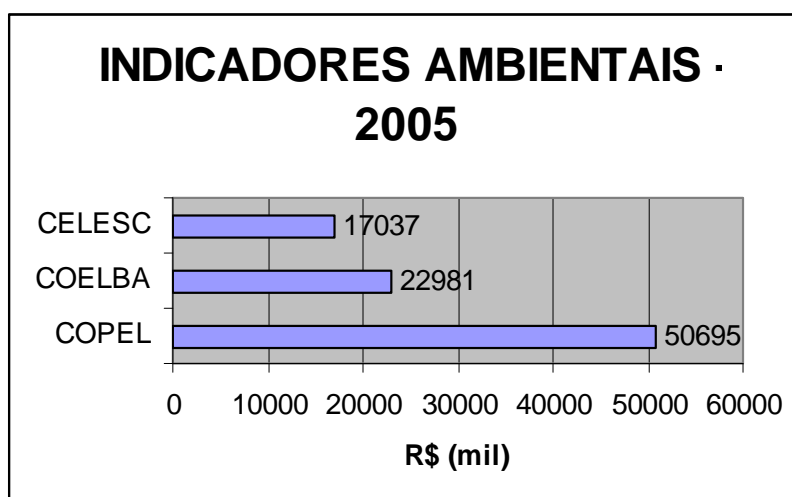


Gráfico 18 - Investimentos do setor de prestação de serviços públicos de energia elétrica nos indicadores ambientais em 2005.
Fonte: sítio da Bovespa (www.bovespa.com.br)

Verifica-se que o crescimento deste indicador, ao longo dos períodos analisados, foi de 169,41%, ressaltando-se a elevação do percentual apresentado pela empresa CELESC, que durante este período acresceu em 379,51% o total investido neste indicador. A participação deste indicador no total das Receitas Líquidas auferidas pelas empresas analisadas, foi de 0,39%, 0,53% e 0,85% nos períodos compreendidos de 2003 a 2005, respectivamente.

3.3.1.4 Demonstração do Resultado do Exercício

Pretende-se neste Sub-Capítulo analisar a evolução apresentada pelo Resultado do Exercício nas empresas analisadas e compará-los com a evolução dos investimentos sociais dispostos no balanço social.

O gráfico 19 reflete o total disposto no Resultado do Exercício nas empresas pesquisadas e a sua evolução através dos anos.



Gráfico 19 – Evolução do Resultado do Exercício do setor de empresas prestadoras de serviços públicos de energia elétrica
Fonte: sítio da Bovespa (www.bovespa.com.br)

Verifica-se ao analisar a evolução do Resultado dos Exercícios, que as empresas do setor de prestação de serviços públicos de energia elétrica, composta pelas empresas COPEL, COELBA e CELESC, apresentou durante o período analisado de 2003 a 2005, aumento dos lucros auferidos.

Este acréscimo foi em 2004, 67,46% maior do que em 2003, demonstrando que o setor encontra-se em pleno desenvolvimento, salientando que a empresa COPEL, teve em sua conta Lucros/Prejuízos do Exercício na DRE de 31/12/2004, uma variação de 101,14%, significando que, a empresa em apenas 1 (um) exercício social foi capaz de duplicar seus lucros.

No exercício social de 2005, o crescimento ocorrido nesta conta foi inferior ao apresentado no período anterior, com apenas 24,93%, no entanto, a evolução da COELBA em 50,28% neste mesmo período. Por outro lado, a empresa CELESC, teve seu lucro reduzido em 8,17%, passando de R\$228.643.000,00 em 2004, para R\$209.969.000,00 no exercício social de 2005.

4 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

As finalidades deste capítulo são de apresentar as conclusões obtidas através da execução desta monografia, e de recomendar temas relacionados para futuros projetos. Serão avaliados inicialmente os objetivos, tanto o geral quanto os específicos, e o resultado apresentado pelos mesmos. Em seguida, serão apresentadas as recomendações, que com base nos resultados obtidos, serão indicados temas interligados com o apresentado nesta monografia, afim da execução de novos estudos de caso.

4.1 CONCLUSÕES

Faz parte da conclusão desta monografia, provar que os objetivos propostos foram atendidos, indicar em qual parte está evidenciado e o resultado alcançado pelo mesmo.

O objetivo geral que rege esta monografia consiste em “apresentar a relação entre o investimento sócio-ambiental e a composição do resultado do exercício em empresas prestadoras de serviços de energia elétrica”. Este ponto foi alcançado através dos objetivos específicos, que foram estabelecidos para contribuir na execução do objetivo geral.

O primeiro objetivo específico estabelecido, é “apresentar definição e os aspectos legais da responsabilidade social no Brasil”, que foram evidenciados nos sub-capítulos 2.1, no qual aborda o tópico responsabilidade social, e 2.4, no qual transcrevem alguns exemplos de legislações ligadas ao tema, ambos necessários para a compreensão do tema desta monografia.

O segundo objetivo específico é “Expôr o conceito, a origem e os objetivos de balanço social”, e foi focado no sub-capítulo 2.3, que relata sobre o assunto, sobre conceitos, objetivos e origens.

O terceiro objetivo específico, consiste em “descrever a composição dos investimentos sócio-ambientais constantes no balanço social”, que foi abordado nos sub-capítulos 2.3 e 2.3.1, referente ao tema balanço social, e que delineiam sobre cada Indicador Social contido no balanço social divulgado pelo IBASE.

O quarto objetivo específico apresentado se refere a “Delinear sobre o Panorama das empresas prestadoras de serviço de energia elétrica”, sobre o qual se discorreu no sub-capítulo 2.6.

O quinto objetivo específico relata “Apresentar balanço social e DRE de empresas prestadoras de serviços públicos de energia”. Este objetivo foi alcançado, estando-os dispostos nos Anexos.

O desenvolvimento da presente monografia permitiu verificar que todos os setores empresariais estão aptos a aplicar recursos em investimento social, sendo que o ponto que os diferenciam é a preocupação com o ambiente no qual faz parte. Por isso, no entanto, as empresas foram selecionadas de acordo com o seu empenho na colaboração para o bem estar da sociedade, observado pela solicitação dos mesmos pelo “Selo Balanço Social IBASE/Betinho 2005”.

Verificou-se que das empresas selecionadas, a empresa COPEL foi a única a não ser beneficiada com o Selo do IBASE, tendo como justificativa, divulgada pelo sítio do IBASE (www.balancosocial.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm):

que a mesma se encontra respondendo mais uma Ação Civil Pública (ACP) por problemas no licenciamento ambiental para atuar na bacia do Tibagi (Mauá) e na bacia do Iguazu (Salto do Chopin e Baixo Iguazu), além de outras ACPs que informam que a empresa prejudicou populações ribeirinhas, “alagou áreas indígenas” e ameaça espécies em extinção, na construção de barragens em áreas protegidas.

As demais empresas foram aclamadas com o Selo Balanço Social IBASE/Betinho, por publicarem seus balanços sociais em 2006 no modelo proposto pelo IBASE e cumprirem todos os critérios de divulgação estabelecido pelo Instituto e passarem por consulta pública durante o período de 60 dias.

Conforme a execução da análise desta pesquisa pode-se resumir os resultados nos valores do gráfico abaixo:

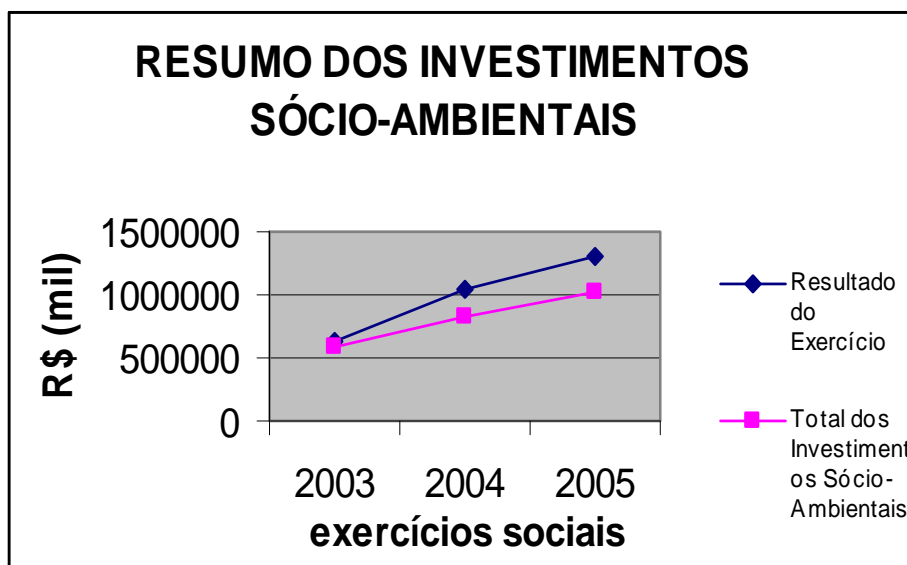


Gráfico 20 – Referente a comparação entre a evolução dos investimentos sociais e o Resultado do Exercício

Fonte: sítio da Bovespa (www.bovespa.com.br)

O gráfico 20 refere-se a comparação entre a evolução dos investimentos sociais ocorridos entre os períodos de 2003 a 2005 e os valores do Resultado do Exercício, referente ao mesmo período. Percebe-se que a linha referente aos investimentos sociais, que em 2003 partiu do ponto referente a R\$582.649.000, em 2004, acresceu em 40,67%, alcançando o montante de R\$819.633.000,00. Por fim, no exercício social de 2005, o acréscimo foi de 23,42% comparado a 2004, num total de R\$1.011.576.000,00.

Por outro lado, a evolução do Resultado do Exercício alcançou uma variação total, de 2003 até 2005 de 109,24%, sendo que em 2003, o montante totalizou R\$624.556.000,00, e em 2004, com acréscimo de 67,46%, o total acumulado do setor foi de R\$1.045.865.000,00 e, em 2005, com a conta Lucros/Prejuízos Acumulados totalizando R\$1.306.811.000,00, obteve acréscimo neste período de 24,95%.

Pode-se concluir que os investimentos sócio-ambientais realizados pelas empresas possuem relação com a composição do Resultado do Exercício apresentado na DRE. Mesmo não podendo comprovar com exatidão quanto da evolução dos Lucros do Exercício é de responsabilidade dos investimentos sociais, comprova-se que estes possuem uma importância fundamental na composição do resultado do exercício.

4.2 RECOMENDAÇÕES

Com base no desenvolvimento desta monografia, podem ser feitas também as seguintes recomendações para a realização de trabalhos futuros:

- Análises mais criteriosas sobre a relação entre as informações contábeis e as informações sociais;
- Recomenda-se também, ampliar a amostra das empresas para se obter informações mais precisas, ou até mesmo utilizar empresas de outros setores empresariais, de modo a averiguar as diferenças e semelhanças com o presente trabalho;
- Sugere-se a realização de análise sobre os indicadores sociais e seus efeitos, e apreciar as oportunidades originadas a partir de ações sociais.

Observa-se também, que existe uma gama enorme de assuntos relacionados a responsabilidade social que possuem potencial para gerar novos trabalhos acadêmicos, principalmente assuntos relacionados com o resultado do exercício, planejamento estratégico, entre outros.

REFERÊNCIAS

ANEEL. Informações do Setor Elétrico. 30 jul. 2006. Disponível em <http://www.aneel.gov.br/39.htm>.

ARAGÃO, Sueli Duarte. A responsabilidade social das empresas considerada nas decisões de concessão de crédito por bancos de desenvolvimento no estado de Santa Catarina. 2000. 135f. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.

ASHLEY, Patrícia Almeida. Ética e responsabilidade social nos negócios. São Paulo: Saraiva, 2002.

ASSAF NETO, Alexandre. Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1998.

BALANÇO SOCIAL. Transformando a frieza dos números em Responsabilidade Social. 03 out. 2004. Disponível em <http://www.balancosocial.org.br>

_____. Legislação. 16 jun. 2006. Disponível em <http://www.balancosocial.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=10>

BEUREN, Ilse M. , Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade : teoria e prática / Longaray, André A., [et al.]; Ilse Maria Beuren, (Org.). – São Paulo : Atlas, 2003.

BORCHARDT, Hartwig. Um estudo sobre as informações que as empresas da região metropolitana de Curitiba evidenciam no Balanço Social enquanto instrumento de acompanhamento de sua responsabilidade social. 2002. 126f. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis

BOVESPA. Demonstrativos Financeiros. 28 jun. 2006. Disponível em <http://www.bovespa.com.br/Principal.asp>

BRASIL. Lei das Sociedades por Ações, Lei nº 6404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. – 27. ed. – São Paulo: Atlas, 1998.

CELESC. Energia que impulsiona o Estado a quase meio século. 15 jul. 2006. Disponível em <http://www.celesc.com.br/quemsomos/historico.php>.

CHAN, Betty Lílian; Silva, Fabiana Lopes da; Martins, Gilberto de Andrade. Destinação de Riqueza aos acionistas e aos empregados: Comparação entre empresas estatais e Privadas do setor de serviços públicos. ENANPAD. 2004.

CHERQUER, Jamile. Por uma cultura de monitoramento. Agência IBASE. 09 ago.2006. Disponível em <http://www.balancosocial.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>. Acesso em 18 ago. 2006.

COELBA. A História. 15 jul. 2006. Disponível em <http://www.coelba.com.br/>.

_____. O Setor Elétrico. 30 jul. 2006. Disponível em www.coelba.com.br/

COMUNICAÇÃO EMPRESARIAL. Marketing Social. 10 jun. 2006. Disponível em <http://www.comunicacaoempresarial.com.br/conceitomarketingsocial.htm>.

CONAR. Responsabilidade Social Empresarial na visão do consumidor. 10 jun.2006. Disponível em <http://conar.org.br/html/artigos/responsabilidade%20social.html>.

COPEL. História da COPEL. 15 jul. 2006. Disponível em <http://www.copel.com/pagcopel.nsf/docs>.

DE LUCA, Márcia Martins Mendes. Demonstração do Valor Adicionado: do cálculo da riqueza criada pela empresa ao valor do PIB. – São Paulo : Atlas, 1998.

FIPECAFI - Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuarias e Finanças. Manual de contabilidade das sociedades por ações: aplicáveis às demais sociedades: diretor responsável Sergio de Iudicibus; coordenador técnico Eliseu Martins, supervisor de equipe trabalho Ernesto Rubens Gellcke. 5. ed.rev. e atual. – São Paulo: Atlas, 2000.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES, Balanço Social da empresa na América Latina. São Paulo : Pioneira, 1980.

FRANCO, Hilário. Contabilidade Geral. 23 ed. - São Paulo: Atlas, 1996.

_____. Estrutura, análise e interpretação de balanços: de acordo com a Lei das S.A. 15 ed. São Paulo : Atlas, 1992.

GONÇALVES, Hortência de Abreu. Manual de Monografia, Dissertação e Tese. - São Paulo: Avercamp, 2004.

IDIS. Apoio as empresas. 10 jun. 2006. Disponível em <http://www.idis.org.br/empresas/center.htm>

INSTITUTO ETHOS. Cresce o Investimento social privado. 27 set. 2004. Disponível em <http://www.ethos.org.br/DesktopDefault.aspx?TabID=3345&Lang=pt-B&Alias=Ethos&itemnotID=3379>

INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO. Grupo de institutos fundações e empresas. 03 out. 2004. Disponível em http://www.gife.org.br/print/investimento_print.php

IUDICIBUS, Sérgio de. Análise de Balanços. 5. ed. - São Paulo: Atlas, 1988.

_____. Contabilidade Introdutória. 8 ed. – São Paulo : Atlas, 1993.

_____ ; Marion, Jose Carlos. Dicionário de Termos de Contabilidade. 2. ed. – São Paulo: Atlas, 2003.

_____. Manual de contabilidade para não contadores. São Paulo: Atlas. 1994.

KARKOTLI, Gilson Rihan. Responsabilidade Social: uma estratégia empreendedora. 2004. 205f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.

MARCONI, Marina de Andrade; Lakatos, Eva Maria. Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 3 ed. - São Paulo: Atlas, 1996.

MARION, José Carlos. Contabilidade Empresarial. 8 ed. - São Paulo: Atlas, 1998.

_____. Análise das Demonstrações Contábeis: Contabilidade Empresarial. 3 ed. – São Paulo : Atlas, 2005.

MATARAZZO, Dante Carmine. Análise financeira de balanços: abordagem básica e gerencial. 4 ed. São Paulo: Atlas. 1997.

MELO NETO, Francisco Paulo de; Froes, César. Responsabilidade Social e Cidadania Empresarial: A administração do Terceiro Setor. 2 ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.

MILANO, Miguel S.. Responsabilidade Social Empresarial: o meio ambiente faz parte do nosso negócio. Curitiba: FBPN, 2002.

MORAES, Rita. Ética dá Lucro. Isto É, São Paulo, nº 1822, p.56-58, 08 set. 2004.

NEVES, Silvério das; VICECONTI, Paulo Eduardo V.. Contabilidade Avançada e análise das demonstrações financeiras. 6 ed. amp., rev. e atual. São Paulo : Frase, 1996.

_____. Contabilidade Básica. 11 ed. Ver. e amp. São Paulo: Frase editora, 2003.

PIZZI, Jovino. Ética e Responsabilidade Social. Pelotas : EDUCAT, 2004.

RAZÃO SOCIAL EMPRESARIAL. Responsabilidade Social. 27 out. 2004. Disponível em <http://www.responsabilidadesocial.com/responsab.html>

TENÓRIO, Fernando G. Gestão Social: Metodologia e Casos. 3 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

UNIETHOS. Responsabilidade Social Empresarial – O que é mesmo? 10 jun. 2006.
Disponível em
http://www.uniethos.org.br/Uniethos/Documents/responsabilidade_micro_empresas_passo.pdf.

XAVIER, André Moura. O porquê da responsabilidade social – RSE. SFIEC.
Disponível em:
www.sfieci.org.br/artigos/social/porque_responsabilidade_social_empresarial.htm.
Acesso em: 18 mai. 2006.

WALTER, Milton Augusto. Introdução a análise de balanços. São Paulo : Saraiva, 1984.

WISSMANN, Martin Airton. Uma proposta para elaboração do Balanço Social. 2002. 141f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.

ANEXOS

ANEXO A Balanços Sociais das empresas COPEL, CELESC e COELBA, do período compreendido de 2003 a 2005.

ANEXO B Demonstração do Resultado do Exercício das empresas COPEL, CELESC e COELBA, do período compreendido de 2003 a 2005

